

EM TEMPO:

Periódico Nacional Nº 222 15 de Novembro a 15 de Dezembro de 1987 Ano X Cz\$ 40,00

O fim de Sarney

A votação das diretas em 88 pela Comissão de Sistematização acelera a desagregação do governo Sarney e inicia a disputa pela presidência. A candidatura de Lula, que será consagrada pela próxima convenção nacional do PT, deve ganhar as ruas.

(págs. 2 e 3)

Mandel exclusivo:

13 perguntas e respostas sobre o crash da Bolsa que abalou o mundo capitalista

(págs. 13, 14 e 15)

O que foi o

IV Encontro Feminista Latino Americano

(Pág. 11)

70 Revolução Russa

A memória da grande revolução socialista
(págs. 7 e 8)

Gorbatchev e a verdade na história da revolução
(págs. 9 e 10)



Diretas em 88 destampa

Juarez Guimarães

A fragorosa derrota do governo Sarney na Comissão de Sistematização tem três resultados imediatos.

A definição dos quatro anos de mandato culmina um processo de crise e de desagregação das bases políticas do governo. A maioria dos votos que derrotou a pretensão de Sarney em ampliar o seu mandato para cinco anos veio de deputados do PMDB e do PFL, exatamente a base da Aliança Democrática. Enfraquecido, desmoralizado, é bastante improvável que o governo consiga reverter a votação da Comissão de Sistematização, no que diz respeito à duração do mandato, no plenário do Congresso Constituinte.

Em segundo lugar, a votação da Comissão de Sistematização aprofunda a incapacidade do governo em dirigir a economia, em um momento de rápida deterioração da situação do país.

Por fim, a marcação de eleições presidenciais para 1988 acelera as articulações públicas dos vários setores políticos em torno às candidaturas presidenciais. A disputa das diversas alternativas de governo para o país torna-se crescentemente o elemento central da conjuntura.

É preciso que analisemos mais detidamente cada um destes elementos para que possamos compreender melhor as enormes consequências da conquista das diretas em 1988 para a luta dos trabalhadores.

O fim do governo Sarney

A conquista das eleições diretas em 1988 não é o resultado direto, a expressão imediata, da pressão do movimento de massas. Como já avaliamos, o fracasso da tentativa de organizar uma greve geral no dia 20 de agosto e o amortecimento do ímpeto de massas da campanha pelas diretas-já significou a incapacidade momentânea do movimento operário em traduzir politicamente a insatisfação cada vez mais ampla com a "Nova República".

Apesar disso, a crise do governo Sarney não deixou de se aprofundar no último período. Houve e há uma razão objetiva para isso: a deterioração da situação econômica e a completa bancarrota do chamado Plano Bresser.

Mas existe também um motivo político de fundo: o governo Sarney consegue ser cada vez menos o ponto de unidade das classes dominantes. O pacto que deu nascimento à Aliança Democrática está nitidamente exaurido. A divisão há muito atingiu as fileiras do PMDB e Ulysses Guimarães é o síndico que administra um prédio de moradores que travam incessantemente ruidosas brigas entre si. Recentemente, a divisão se instaurou também no coração do PFL.

Se todo este ano foi marcado por uma série de atritos importantes entre o PMDB e o governo Sarney, fracassado seguidas vezes na tentativa de compor uma base parlamentar autônoma e própria, o último período havia marcado exatamente a exacerbação desta dinâmica. A decretação formal do fim da Aliança Democrática pelo presidente do PFL foi seguida de uma reforma ministerial pífia e uma recomposição fisiológica, que mal escondia os remendos e furos. Em seguida, o esquema civil e mili-



Richa: um governo forte para conter o mar revolto.

tar do Planalto amargou uma séria derrota na Comissão de Sistematização, com a definição favorável ao regime parlamentarista em um clima de revolta às pressões e ameaças palacianas.

Assim, se antes o governo Sarney era a alavanca de direção e o reduto maior da estabilidade do processo de transição — o segredo ao alto grau de continuísmo entre a ditadura militar e o governo civil — ele foi se tornando cada vez mais o seu contrário: um fator de geração de turbulências na própria transição.

Entre o desejo fisiológico de Sarney pela continuidade do governo e as necessidades políticas das classes dominantes um fosso veio se alargando. A consciência disso está bem clara nesta fala do senador peemedebista José Richa, ele próprio um frequentador da cozinha do Palácio do Planalto e das casernas que emigrou para a defesa dos quatro anos: "se não tivermos um governo forte, com apoio político para enfrentar o mar revolto que vem por aí, haverá um impasse".

Dos partidos da Aliança Democrática, do Palácio do Planalto, o conflito interburguês já começava de fato a se espraiar para as Forças Armadas. O manifesto público de Figueiredo, algo assim como um sopro novo com bafo de múmia, as conspirações de planos terroristas, a insatisfação política mesclada com a insatisfação salarial, tudo isso era um sinal de que as Forças Armadas já estavam contaminadas pelo clima (como reconheceu em entrevista o próprio ministro do Exército).

A marcação das diretas em 1988 é uma conquista democrática importante para o movimento operário e popular. Mas já na sua origem ela é fortemente marcada pelo anseio das classes dominantes de reconstruir a legitimidade e a credibilidade perante as massas, de construir um governo mais forte e estável.

Um elemento decisivo: a crise econômica

A deterioração da situação econômica do país é o outro elemento chave a ser apreendido. O aspecto central aí é a subordinação completa da política econômica do governo aos interesses do capital financeiro internacional, colocado a nu no recente acordo realizado pelo governo Sarney (ver matéria ao lado).

Os índices econômicos não deixam

margens à dúvidas:

— a estimativa oficial do crescimento da indústria em 1987 em relação ao ano passado é de 2 a 3,5% (alguns técnicos do governo falam até em uma queda de 1%). Fala-se que já está se passando de uma desaceleração do crescimento para uma "recessão leve". O crescimento do Produto Interno Bruto este ano deverá ficar em torno de 3%, favorecido pelo crescimento excepcional de 18% da produção agrícola.

— O Índice de Preços ao Consumidor de outubro foi de 9,18%, confirmando uma inflação nos últimos doze meses de 300,85%. Após a curta e desmoralizada experiência do segundo congelamento de preços, caminha-se novamente para a hiperinflação.

— A venda do comércio nos nove primeiros meses deste ano foi 23,1% menor do que em igual período do ano passado;

— O nível dos investimentos este ano deve cair para cerca de 16,6% do PIB, refletindo a queda dos investimentos estatais, a continuidade da estagnação dos investimentos externos e o retorno do movimento especulativo no sistema financeiro (os juros das financeiras estão já a 700% ao ano e o dos bancos comerciais em 13% ao mês). De acordo com o IBGE, houve uma redução de 2,5% na área plantada na região Centro-Sul e em Rondônia para a safra agrícola do ano que vem.

Mais importante do que constatar a situação manifestamente difícil hoje atravessada pela economia brasileira é inse-

rir este quadro no processo de diminuição do crescimento da economia brasileira nesta década. O economista Carlos von Doellinger assinala que se o crescimento da renda per capita na década de 70 foi de quase 70%, nesta década este mesmo índice apenas registrou um crescimento de 1,4%.

Da mesma forma, um aspecto central é que não estão sendo criadas as condições da retomada do dinamismo da economia (pelo contrário). Uma série de estrangulamentos futuros, como de energia elétrica e de renovação da malha rodoviária, ameaçam o crescimento da produção em um quadro de diminuição dos investimentos necessários do Estado. Uma defasagem tecnológica crescente ameaça a competitividade de vários ramos da indústria brasileira de exportação no mercado mundial, além do nível do investimento estar muito aquém da média mantida durante a década de 70.

Somam-se a este quadro as perspectivas sombrias de evolução da economia internacional no próximo período (ver a este respeito a entrevista da Ernest Mandel, páginas 13, 14 e 15).

O fantasma da ópera

A figura cada vez mais desmoralizada de Sarney encontra um par perfeito no personagem mais saliente de seu ministério, Bresser Pereira. Em uma velocidade multiplicada, o Plano Bresser fez água por todos os lados em um período muito mais curto do que o Plano Cruzado.

Em vão, o ministro percorreu os salões empresariais, o gabinete do Tribunal Superior do Trabalho, os auditórios dos dirigentes sindicais comportados para exigir que os salários não fossem reajustados em uma porcentagem superior a 10%. O ministro sonhava implantar um arrocho salarial que nem a ditadura militar conseguiu.

A CUT, em um grande número de categorias, conseguiu reajustes e antecipações superiores a 40%, em uma luta tenaz de resistência ao avanço do arrocho (ver matéria ao lado). Nem os empresários, mais realistas porque têm que enfrentar a pressão operária permanente em seus calcanhares, obedeceram às pregações do ministro.

O realismo empresarial tornou-se in-subordinação civil clara no episódio em que a Autolatina, em um misto de arrogância e impunidade, aumentou o preço dos veículos Ford em 25% e Volks em 28%, quando o aumento máximo permitido pelo Controle Interministerial de

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Arabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Alvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74.000; João Pessoa: Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

a "panela de pressão"



Lula para presidente: uma ponte entre o passado e o futuro.

É o início do fim de Sarney. Em um clima de crise política e econômica, começa a histórica campanha de Lula à presidência do país.

Preços previa 16,7%. O grande capital tem a sua lógica e ela não cabe no território minado de um ministro desmoralizado de um governo desmoralizado.

Esta, enfim, é uma questão importante a apreender neste momento decisivo da transição: um dos itens que está em disputa é a orientação da política econômica do governo, que passa por assuntos explosivos como a atitude frente à dívida externa e a áspera luta entre patrões e trabalhadores para decidir a quota de cada um na administração da crise.

Que governo, qual programa

E aqui entramos na discussão do ponto decisivo. A iminência do fim do governo Sarney destampa a panela de pressão que o Palácio do Planalto tentou em vão administrar. Uma disputa política que recorta as divergências das classes dominantes de um lado, e de outro, opõe duramente o movimento operário à "Nova República", vai para as ruas.

É uma possibilidade muito remota, que as classes dominantes se apresentem unificadas em apenas uma candidatura

nas eleições presidenciais de 1988. Foi exatamente, como vimos, a impossibilidade desta unidade um dos fatores decisivos do processo de desagregação do governo Sarney.

A apresentação das candidaturas no campo burguês deverá muito provavelmente levar a uma redefinição do quadro partidário e das alianças entre os partidos. O PMDB e o PFL estão tensionados hoje até o limite por forças centrífugas. Por isso, pelo fato de que as formações políticas burguesas estão em atraso em relação às suas necessidades, é necessário mais do que nunca identificar os veios da luta de classes para identificar o sentido das disputas burguesas em curso.

Há pelo menos quatro veios no campo da política burguesa que, neste início de temporada procuram sedimentar-se.

À direita do governo Sarney, assiste-se no último período um processo intenso de articulação de forças políticas. O fato mais saliente e mais bem sucedido neste campo é, sem dúvida, o processo

de fundação, organização e massificação da UDR. Com ela, o latifúndio armado, um dos setores mais reacionários das classes dominantes, passa a ser um fator permanente e influente na luta política de massas no país.

Além da UDR, os empresários deslancharam no último período a chamada União Brasileira Empresarial, uma espécie de frente única das classes dominantes. Uma outra ponta de articulação está nos quartéis, cujo vértice foi exposto no lançamento do manifesto de Figueiredo. Provavelmente, estas articulações procurarão se expressar politicamente através de uma candidatura que unifique o PDS, o PTB, a maioria do PFL, setores importantes do PMDB.

Em segundo lugar, com base na maioria do PMDB, de seus governadores, de seu "centrão", deverá se articular uma outra alternativa presidencial. Teria o sentido de uma renovação do apelo eleitoral do "partido da transição", da confirmação crescente da hegemonia deste partido, como alternativa mais segura e confiável de direção do Estado para as classes dominantes e que buscaria atrair para si os setores mais consistentes do grande capital.

Na esquerda do PMDB, cresce uma articulação que propõe a candidatura de Covas, que poderia se combinar com o recente processo de polarização do PSB, e unificar os setores de centro-esquerda do PMDB.

Por fim, correndo por fora está o PDT com a figura messiânica e populista de Brizola. Ferido gravemente nas últimas eleições de 1986, o brizolismo provavelmente terá que abrir um leque muito amplo de alianças para sonhar alguma viabilidade eleitoral.

Um governo orgânico e coerente de direita, um governo peemedebista de centro-direita, um governo burguês deslocado mais para a esquerda com um conteúdo social-democratizante ou um

governo populista: as classes dominantes estão chamadas a fazer a sua opção.

O PT no vértice da crise

O PT chega a este momento decisivo da conjuntura com avanços políticos importantes. A convenção nacional do partido deverá votar, por unanimidade ou por uma esmagadora maioria, a candidatura de Lula para presidente. Os debates políticos de caráter estratégico sobre o socialismo, sobre o governo que o PT propõe, sobre as alianças, terão neste momento uma função fundamental. Também tem uma dimensão toda especial o avanço da unidade partidária conquistada no último período.

Todos estes avanços, mas também as grandes debilidades organizativas acumuladas pelo partido, serão cobradas neste momento.

O PT terá que se confrontar não apenas com o agressivo discurso de uma direita articulada, armada com seu poderio econômico, com seus novos e velhos heróis de patifaria: Delfim, Simonsen, Figueiredo, Caiado, Afif Domingues e tudo o mais. Terá que ser capaz de transformar em apoio político o desgaste acumulado pelo PMDB até agora na "Nova República", impedindo ao máximo que este partido reconsolide a sua base eleitoral de massas.

A sua independência de classe será novamente testada junto à tentativas mais ousadas de proposições de partidos burgueses, como o PDT.

A candidatura de Lula à presidência tem este sentido: é a ponte entre os grandes passos já dados e o enorme caminho que temos pela frente. A luta de classes assume um caráter mais politizado, mais clássico, mais profundo, mais agressivo, mais exigente: aos trabalhadores está colocado o desafio de se apresentar abertamente como a alternativa democrática e socialista que interessa abertamente à esmagadora maioria da nação.

Sindicalismo de maus resultados

Badalado pela imprensa chamada "grande", recebido a qualquer momento pelos chefes patronais, incensado pelos máximos representantes da direita na Constituinte, o sr. Luis Antonio de Medeiros, que ocupa a cadeira de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, vem amargando péssimos resultados quando se trata de relacionar com os operários.

Logo depois de ser eleito, jogou tudo para repetir o feito na eleição dos metalúrgicos do Rio. Resultado: primeira grande derrota, não conseguiu fazer vingar sua chapa. Os metalúrgicos do Rio elegeram a CUT para a direção.

Agora, frente a suas próprias bases, mais uma derrota. O sindicalismo capitalista ou de negócios precisou da CUT para elevar o índice de reajuste salarial: havia conseguido 41%, já estava pronto assim o acordo enquanto a CUT, através da campanha do Departamento Químico-Plástico de SP alcançava cerca de 46%, redução da jornada para 44 h em março de 87 e piso na ordem de 8.400.

Desespero na galera "negocista", a CUT alcançava melhor resultado. Numa

manobra desesperada, o garoto-propaganda da FIESP recorreu ao seu chefe — o Sr. Mário Anato — e fez uma exigência insólita: queria a "unidade patronal". Depois de vender um pouco mais sua já leiloadada alma, o Sr. Luis Antônio fechou o acordo no mesmo percentual da CUT. Mas, de novo, conservou péssimos resultados: apenas em julho de 1989 verá a redução para 44 horas e aceitou um piso salarial — para as fábricas com até 50 trabalhadores — que é quase 60% mais baixo que o obtido pela CUT.

O cenário montado para sufragar mais uma vitória do sindicalismo capitalista do Sr. Luis Antônio teve de ser desmontado às pressas. Nenhuma comemoração.

A CUT não comemora os feitos de melhoria material dos trabalhadores como dádiva do capitalismo e muito menos como "solução" para as aflitivas condições de vida que continuam. Tão pouco regozija-se com a existência de ocupantes de presidência de Sindicato como o Sr. Luis Antônio. Apenas tira lições dos acontecimentos visando o fortalecimento da luta de classe dos trabalhadores.

De joelhos

Lá fora, os banqueiros aplaudiram. O PMDB — como era de se esperar dobrou os joelhos e abençoou. E a direita, Roberto Campos à frente, teve até o campo para a ironia: o acordo firmado pelo governo Sarney foi o pior de todos os já feitos até agora, pior mesmo que os do tempo da ditadura.

No acordo firmado, não há nenhuma menção à chamada "securitização", a transformação de parte dos juros da dívida em títulos do governo de longo prazo, que foi a menina dos olhos sempre brandida pelos políticos do PMDB nesta fase final das negociações. Antes, a proposta de transformação de parcela dos juros em capital de risco já havia sido arquivada.

A moratória técnica decretada solenemente por Sarney em fevereiro foi arquivada em clima fúnebre. O Brasil pagará

os 4,5 bilhões de juros que não pagou este ano: tirará 1,5 bilhão de suas magras reservas e terá direito a um refinanciamento de 3 bilhões por parte dos bancos. Notem bem: pedimos emprestado para pagar os juros da dívida. Também o compromisso de regularizar o pagamento dos juros a partir de janeiro do ano que vem.

Para este novo financiamento, um alto "spread" (taxa de risco): 7/8 de 1% mais 1/8 de 1% de comissão.

E, para finalizar, o FMI entrou de novo explicitamente em cena, como condição colocada pelos banqueiros para renegociação.

Em tempo: o ministro Bresser, aquele mesmo que disse que os trabalhadores tiveram desde o Plano Cruzado um aumento real médio de salários de 10,86%, disse que foi um bom acordo.

Para avançar o debate:

Uma polêmica com Lula

Américo Bernardes

Intervindo pela primeira vez de público, Lula apresentou em nossa última edição (n.º 221) suas posições sobre os principais eventos pelos quais passou o movimento operário neste ano, em particular as eleições dos metalúrgicos de SP e a greve geral. Na verdade, as posições apresentadas na entrevista já haviam sido formuladas por outros dirigentes da "Corrente Nacional", através de documentos no interior do PT ou mesmo da CUT.

Contudo, é evidente que a entrevista tem uma grande importância, pois representa uma colocação franca, desde seu ponto de vista, dos problemas que o movimento (em particular o sindical) tem enfrentado. É nesse sentido que acreditamos como necessário

levantar alguns pontos principais nesta discussão.

No que diz respeito às eleições para o sindicato dos metalúrgicos, Lula aborda o problema de uma maneira no mínimo complicada: aborda como uma pessoa que acompanhou desde fora o processo, como uma consciência crítica do movimento, e não como alguém que participou diretamente das idas e vindas.

Desta forma, fatos importantes como o porquê da criação da Alternativa Sindical (articulação criada pela "Corrente" nos metalúrgicos de SP), ou o porque do esforço em conduzir (através da "Corrente") uma política que privilegiou a possibilidade de composição com os setores reformistas em detrimento de construção da unidade da CUT não foram expostos.

A crítica que é feita hoje a Lúcio Bellantani (inclusive também colocada no documento de balanço da Alternativa — um documento importante e que deveria ser divulgado com mais amplitude) não leva em conta que ele na verdade seguiu o caminho lógico, que foi traçado pela política da Alternativa desde a sua fundação. E aí entra uma questão que é central em todo o processo: nunca foi apresentada de maneira formal na CUT pela Alternativa a proposta de composição com os setores da diretoria.

Contudo, se é verdade que muitas destas questões devem ser levantadas, no sentido de compor um balanço que permita concretamente avanços, vários pontos levantados por Lula (principalmente quando aborda críticas ao sectarismo) são corretos. Mais do que isto,



neste balanço é apresentada uma postura aberta e construtiva, que certamente poderá criar condições para construir a unidade das oposições cutistas na categoria.

Porém, se há um tom de trabalhar no sentido de superação do sectarismo na avaliação dos metalúrgicos, as críticas a dirigentes sindicais de São Paulo são formuladas de forma completamente incorreta. Não se pode continuar admitindo esta confusão que se pretende manter nas discussões no movimento sindical — em particular no estado de São Paulo. Se é verdade que existem militantes que apresentam

uma avaliação — a nosso ver totalmente equivocada — de que dirigentes de São Bernardo são socialdemocratas, é também necessário ter claro que se tratam de posições com pouquíssima expressão no movimento. As campanhas salariais que ocorreram na capital são uma demonstração do equívoco que tem sido a posição alardeada de existência de um núcleo denominado de vanguardista no sindicalismo da capital, com uma posição já cristalizada. Este assunto, aliás, já foi abordado em matéria que fez balanço dos congressos da CUT, publicado em nossa edição n.º 219.

Rio Grande do Sul

A CUT se enraiza

Às vésperas dos congressos da CUT do Vale dos Sinos e da CUT metropolitana de Porto Alegre, um balanço dos avanços e problemas do último período.

A preparação do Congresso da CUT do Vale está sendo dirigida por uma comissão que reúne o Sindicato de Sapateiros, Bancários e Metalúrgicos de Novo Hamburgo, Calçados de Sapiranga, Metalúrgicos, Vestuário e Borracha de São Leopoldo, Metalúrgicos de Canoas e Rodoviários de São Leopoldo e Canoas. As categorias já estão realizando suas assembleias gerais preparatórias e discutindo uma pauta que prevê os temas "Organização e implantação da CUT na região", "Momento político, perspectivas e lutas".

Milton Rosa, presidente do Sindicato dos Calçadistas de Novo Hamburgo, faz um balanço positivo da CUT na região, observando o crescimento do número de sindicatos filiados e a unidade alcançada na luta: neste período ganhamos vários sindicatos, desde a vitória da chapa que encabeçamos no Calçado. Recentemente ganhamos o Sindicato do Vestuário de São Leopoldo, que fechou um circuito cutista — Novo Hamburgo, Sapiranga, Ivoti, agora São Leopoldo, e mais as oposições que se fortalecem em Três Coroas, Campo Bom e Parobé.

"A recente eleição no Sindicato do Vestuário de São Leopoldo representou uma derrota à CGT em um dos seus últimos redutos no Vale dos Sinos", comenta Zé Carlos, presidente da chapa vitoriosa. Zé Carlos, trabalhador da Czari-

na, diz que a primeira medida da nova diretoria é implementar uma ampla campanha de filiação ao sindicato. O sindicato possui apenas 700 filiados numa categoria de quase dez mil trabalhadores. Na eleição, a chapa da oposição obteve 442 votos num total de 632 votantes, quase a totalidade dos filiados.

Derrotas

A CUT Metropolitana abrange Porto Alegre, Guaiíba, Gravataí, Cachoeirinha, Viamão e Alvorada. O Congresso dos dias 11 e 12 de dezembro deve voltar-se a uma reflexão sobre as derrotas eleitorais da CUT em bancários e metalúrgicos de Porto Alegre, que refletem a necessidade do aprofundamento da discussão sobre as dificuldades de levarmos à prática as propostas de construção de um sindicalismo combativo e democrático.

Os riscos da acomodação às estruturas do sindicato CLT mostraram-se no desgaste da gestão cutista no Sindicato de Bancários de Porto Alegre, o qual, combinado com as dificuldades às conquistas salariais, são apontados por Luiz Fernando Silva, do Banrisul e que participou da chapa 1, como os principais elementos que explicam a derrota na eleição.

Vitórias

Duas outras eleições, no entanto, marcaram muito positivamente este período: a eleição do Centro de Professores do Estado e do

Sindipólo, sindicato dos trabalhadores do Pólo Petroquímico.

No Cpers, a vitória da chapa 1 foi a superação de uma situação que já vinha de muitos anos em que, através da experiência unitária da greve do primeiro semestre, foi possível construir uma chapa que reuniu setores tradicionalmente dispersos e que permaneciam fora da diretoria da entidade. Concorreram ao CPERS duas chapas. A Chapa 1, incorporando todos os setores que participaram do Comando de Greve em 87, com Delmar Steffen como candidato à presidência e José Clóvis Azevedo secretário geral. A Chapa 2, encabeçada por Maria Augusta Feldman, embora propusesse à categoria uma atuação "apolítica" no CPERS e o "afastamento dos partidos", era articulada pelo PDT. A Chapa 1 saiu vencedora, recebendo 26 mil votos, 55% do total.

No Sindipólo, a oposição Movimento de Ação Sindical (MAS) derrotou os pelegos com uma espetacular vantagem: 851 votos, contra 210 da Chapa 2, Trabalho, e 250 da chapa Renovação. O presidente da chapa eleita, Miguel Rosseto, da Petroflex, chamou todos os trabalhadores da petroquímica a unirem-se em torno do sindicato e reafirmou a proposta de participação nas lutas de todos os trabalhadores e a abertura do sindicato, com um funcionamento democrático.

Rio de Janeiro

Denúncia

O governo Sarney, através das empresas estatais, está comandando a ofensiva contra os sindicatos independentes e combativos.

Um exemplo atual é o da repressão aos líderes do movimento pela greve geral de 20 de agosto, nas concentrações onde o movimento alcançou seu objetivo e parou as empresas em protesto à política econômica do governo. É o caso de Volta Redonda e da Central do Brasil, no estado do Rio de Janeiro, onde as demissões de dirigentes sindicais desafiam a coesão e a firmeza dos trabalhadores. No caso dos ferroviários, Sarney trata a luta operária como um caso de polícia. Dirigentes operários estão sendo processados como incursos no artigo 260 do Código Penal. A greve passa a ser crime.

O processo é movido contra o secretário-geral do Sindicato dos Ferroviários e dirigente estadual da CUT, Walter de Abreu Lima, e mais quatro delegados sindicais: Otávio de Azevedo Almeida, Samuel dos Pra-

zeres, Sérgio de Carvalho e Paulo César Leocadio.

A defesa dos mandatos sindicais, o respeito ao sagrado direito de greve, a preservação da autonomia dos sindicatos de trabalhadores das empresas estatais passam necessariamente pelo movimento de solidariedade proletária. É uma frente de luta de vital importância que se inclui na primeira linha de prioridades da CUT.



As convenções estaduais do PT criaram um grande campo de unidade, mas persistem algumas divergências no que diz respeito à regulamentação das tendências, à política de alianças e ao tipo de governo pelo qual lutamos.

João Machado

A reunião do Diretório Nacional do PT no dia 1º de novembro confirmou a realização do V Encontro Nacional nos dias 4, 5 e 6 de dezembro em Brasília. Estão previstos três grandes temas na pauta: Momento Atual e Tarefas Imediatas, A Construção Partidária, e a Questão do Socialismo.

Naturalmente, a decisão de maior impacto imediato que terá de ser tomada, ainda mais agora que a Comissão de Sistematização aprovou um mandato de 4 anos para Sarney, é a confirmação do lançamento de Lula para a presidência. Provavelmente, esta decisão será unânime entre os delegados. No entanto, com base no que foi discutido até agora nos Encontros Estaduais, deverá haver duas polêmicas importantes que têm uma estreita relação com a questão do lançamento da candidatura Lula: o caráter da alternativa proposta pelo PT (o que inclui qual programa a ser defendido e qual tipo de governo) e a nossa política de alianças.

A discussão do caráter da alternativa proposta pelo PT deverá ser feita principalmente a partir das formulações propostas pela "Corrente" (ou "Articulação Nacional"), que foram aprovadas com emendas importantes no Encontro de São Paulo. De modo geral, o sentido destas formulações deve ser apoiado: "a alternativa que o PT deve apresentar não pode se limitar a ser uma alternativa à 'Nova República'. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste país, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas exploradas pelos monopólios".

É extremamente importante que fique claro que isto significa defender um programa que parta de problemas sentidos pelas massas oprimidas hoje, mas que inclua também questões que não possam, no seu conjunto, ser absorvidas pelo capitalismo; e que o governo defendido pelo PT, dentro desta concepção, é um "governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado e que só poderá se viabilizar com uma ruptura revolucionária". Ou seja, temos de deixar claro que o PT recusa

Um roteiro das polêmicas na Convenção Nacional



uma concepção etapista da revolução brasileira.

Governo dos trabalhadores

Tudo isto está presente no texto aprovado em São Paulo. Por outro lado, este texto teve também muitas insuficiências, que já comentamos no **EM TEMPO** n.º 221: a utilização dos nomes "alternativa democrática e popular", "programa democrático e popular" e "governo democrático e popular", diluindo o caráter de classe destas questões, e uma ênfase excessiva na questão da aliança com os setores médios, pensados como um bloco, secundarizando a questão decisiva da luta **pela unificação do proletariado e pela conquista da sua hegemonia sobre o conjunto dos setores oprimidos pelo capitalismo**. Estas duas questões estão estreitamente ligadas.

É claro que não devemos centrar a discussão em uma questão de nomes, mas é importante fazer um esforço para deixar claro que nomes como "alternativa dos trabalhadores" ou "operária e popular" ou ainda "democrática, operária e popular" correspondem melhor ao conteúdo proposto. Aliás, a crítica que foi aprovada no Encontro de São Paulo da palavra de ordem de "Governo dos Trabalhadores", dizendo que ela "recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias", não faz certamente nenhum sentido, e revela apenas a confusão daqueles que escreveram isto, e que não entenderam o sentido do "Governo dos Trabalhadores" (possivelmente fizeram uma identificação mecânica deste com a ditadura do proletariado, o que é uma compreensão estreita). No caso brasileiro, o "Governo dos Trabalhadores" significa exatamente "um governo de forças sociais em choque com o capi-

talismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado".

Quais alianças

Já com relação à questão mais específica e mais imediata da política de alianças do PT, particularmente nas eleições de 1988, há um leque de divergências maior dentro do PT. Há companheiros que entendem que o PT não deve ter uma política de alianças hoje, uma vez que não há nenhum outro partido com uma política de independência de classe; e há companheiros que são favoráveis a aprovar uma política de alianças geral, mas a deixar em aberto com quem vamos buscar alianças hoje, e com quem não vamos.

Até agora, o Encontro estadual que mais avançou nesta discussão foi o do Rio Grande do Sul: definiu a necessidade de uma política de alianças do PT e explicou porque, explicou as bases para uma aliança,

os objetivos perseguidos pelo PT, e deixou claro com quais partidos queremos fazer alianças eleitorais (cumpridos alguns requisitos), e com quais entendemos que estas alianças são impossíveis.

Com relação ao segundo tema na pauta do Encontro Nacional, o da Construção Partidária, há em grande parte um amplo acordo hoje no partido. Os debates dos diversos Encontros estaduais já realizados revelaram que há um acordo majoritário no PT quanto à **concepção de partido**, no sentido de que precisamos de um PT organizado em núcleos, militante, dirigente das lutas dos trabalhadores, e que devemos superar a falsa contradição entre partido de quadros e partido de massas.

Também há uma ampla maioria no PT, aparentemente, com relação a uma questão chave: o aperfeiçoamento da democracia interna do parti-

do, e da sua unificação, bem como o fortalecimento das suas direções em todos os níveis, com a adoção da regra da **eleição proporcional** para todos os níveis da direção, inclusive as executivas. Esperamos que a nova Executiva Nacional já seja eleita com base neste critério (no caso de não haver uma chapa única — o que é possível a partir das convergências políticas existentes entre as principais correntes do PT), o que representará um salto de qualidade para o partido.

Por outro lado, em outra questão chave para a construção do PT — a regulamentação do direito de tendência — deve haver uma polêmica no Encontro Nacional. Já criticamos no **EM TEMPO** n.º 220 a proposta de regulamentação aprovada em São Paulo. Por outro lado, outros Encontros, como os de Minas Gerais e do Rio Grande de Sul, aprovaram uma proposta muito mais correta (reproduzimos em anexo a proposta aprovada nestes dois encontros).

Com relação ao terceiro tema em pauta, a Questão do Socialismo, a discussão no PT ainda é na verdade inicial, na medida em que não houve um debate aprofundado sobre as diversas experiências de construção do socialismo, sobre seus problemas, etc. O Encontro Nacional deve, assim, deixar claro que aprovará uma resolução sobre um tema que continuará em discussão, para ser aprofundado.

De todo modo, é importante reforçar o que tem sido a marca do PT: a rejeição de qualquer visão social-democrata — inclusive explicitando a necessidade de uma **ruptura revolucionária** para iniciarmos a transição ao socialismo — e a rejeição de qualquer visão stalinista — deixando clara a concepção anti-burocrática e radicalmente democrática do PT.

A regulamentação do direito de tendência

O trecho principal da proposta aprovada nos Encontros Estaduais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

"Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, organização, corrente, agrupamento,...).

As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de tendências ou militantes que se formam apenas nos períodos de Encontros.

As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido, respeitando a centralização do partido,

não se dirigindo diretamente à massa (seja em atos públicos, seja pela imprensa) com posições distintas das adotadas pelo partido ou falando em nome próprio.

A imprensa das tendências deve ser dirigida aos petistas (o que não exclui que, como o PT não é um partido clandestino, ela possa ser conhecida por outros interessados — assim, através do Boletim Nacional do PT, que é público, interessados não petistas podem tomar conhecimento da nossa discussão interna).

As posições políticas das tendências não podem ser secretas, e devem ser divulgadas para o conjunto do partido.

Uma tendência do partido não pode procurar construir um partido distinto do PT, nem usar o nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

Entendemos uma regulamentação como a descrita como normas que procuraremos fazer respeitar por todos os petistas, através fundamentalmente da cobrança política. Nosso objetivo é integrar efetivamente todos os companheiros na construção do partido, e não afastar companheiros — a não ser, naturalmente, que isto se revele inevitável após uma discussão mais prolongada."

PT / Rio Grande do Sul

Convenção marca nova fase na construção do partido

Raul Pont, deputado estadual e eleito presidente do PT gaúcho, fala dos avanços políticos da maior convenção já realizada pelo PT no estado.

— O resultado da convenção do PT/RS marca a história do partido. Como você entende este resultado?

Raul — O aspecto mais marcante da convenção foi seu caráter massivo, com mais de 600 delegados e uma boa preparação política prévia. Outro aspecto importante é a profundidade do debate sobre política de alianças e tática eleitoral para o próximo período e a construção partidária. Neste tema, a aprovação quase unânime do direito de tendência e de representação proporcional nas instâncias de direção do partido, junto com o compromisso com a cotização financeira dos filiados para exercer direito de voto nos encontros, revelam a qualidade das decisões assumidas.

— O PT tem se fortalecido. Isto coloca perspectivas eleitorais muito promissoras e implica em aprofundar as resoluções partidárias sobre alianças eleitorais. O que a convenção do RS levará à convenção nacional?

Raul — A tese aprovada afirma claramente que o PT não pode fazer coligação, em hipótese alguma, com partidos burgueses (PMDB, PDT, PDS, PFL etc). Por outro lado, o partido deve assumir a iniciativa de procurar o PCB e o PCdoB, o PSB, o PV e outros grupos que estão no campo operário e popular, da luta anticapitalista e se reivindicam do socialismo.

O PT deve ter a iniciativa no sentido de construir, ofensivamente, um pólo de articulação destes setores. Em 88 passaremos por eleições em milhares de municípios. Se o partido não assumir uma resolução clara e nacional podem ocorrer subordinações a alianças hegemônicas pela burguesia ou mesmo o isolamento.

Esta política pode trazer grandes vitórias para o PT. Aqui no RS, em recente pesquisa publicada pela *Correio do Povo*, em edição do dia 8/11, o PT figura, reafirmando tendência expressa em pesquisa de julho feita pela *Folha de*

São Paulo, como o partido da preferência de 20% do eleitorado, contra 15% do PMDB e PDT. A pesquisa revela ainda que, enquanto os candidatos às eleições de 85 pelos demais partidos perdem base eleitoral, cresce o número de eleitores que hoje trariam seu apoio ao PT. Este deslocamento de bases dos partidos tradicionais já havia sido detectado por nós fora do campo eleitoral, na luta social. Este fenômeno torna ainda maior a responsabilidade do PT na consolidação de um campo de sustentação ao mesmo tempo amplo e classista, isto é, que expresse o crescimento da influência social do partido também no momento eleitoral.

— As duas chapas que concorrerem na Convenção Regional, encabeçadas por Clóvis Ilgenfritz e por você, alcançando respectivamente 284 e 319 votos, colocaram cada uma oito membros na Executiva Regional. Em seguida, Clóvis Ilgenfritz retirou sua candidatura à presidência do PT, através de



um voto simbólico na sua candidatura. Que avanços serão possíveis no próximo período?

Raul — As resoluções políticas avançadas e maduras deste encontro regional são a melhor expressão do processo que vive nosso partido aqui no estado. Temos caminhado firmemente, com grande coesão política, para ser uma grande expressão política. Temos crescido significativamente no movimento operário e popular e a bancada parlamentar tem sido a expressão no parlamento da força e capacidade de luta do partido.

É com estes elementos que a nova Executiva Regional, que aliás mantém a maior parte da equipe anterior, propõe-se a desenvolver um trabalho voltado para a conso-

lidação do partido nos principais centros urbanos do estado e nas áreas de concentração da pequena produção rural, onde avultam os conflitos pela terra e por uma política agrícola que favoreça os pequenos produtores.

Vamos investir no trabalho de formação política, aprofundando a experiência iniciada neste ano e fortalecer o jornal *Folha do Trabalhador*, que deve ser combinado com o investimento nos meios alternativos de propaganda, como vídeo e rádio independente. O crescimento do PT no estado e o confronto cada dia maior com a burguesia e o governo têm mostrado que precisamos de canais próprios de propaganda e divulgação de nossas propostas.

PT mineiro

Do desbloqueamento à recomposição política

Tomás Matta Machado

Os últimos encontros do PT de Belo Horizonte e de Minas Gerais confirmam uma nova realidade do partido, caracterizada pelo "desbloqueamento", pelo desaparecimento das antigas articulações constituídas em 1983.

Em Belo Horizonte, foi realizada no dia 25 de outubro o 4º Encontro Municipal. Os três últimos foram marcados pela antiga polarização. O primeiro Encontro elegeu uma direção, com maioria do bloco "PT na luta pelo socialismo" e no decorrer da gestão o outro bloco não participou. O segundo Encontro, realizado em 1985, foi marcado por uma disputa renhida entre as candidaturas à prefeitura de Virgílio Guimarães e João Mares Guia. O resultado favorável ao bloco "PT na luta pelo socialismo" resultou na saída de Mares Guia do partido e no boicote à candidatura majoritária pelo bloco "PT de massas". O terceiro Encontro não contou com a participação do "PT de massas", elegendo uma direção composta apenas por uma fração do partido. De forma distinta dos anteriores, o quarto Encontro elegeu uma direção unitária votada em chapa única.

O nono Encontro Estadual, marcado por um debate franco, aberto e profundo, possibilitou, pela primeira vez em quatro anos, produzir uma resolução com a contribuição das várias correntes e articulações, através da votação

de teses e emendas.

As resoluções aprovadas marcam um avanço significativo das posições do PT, acompanhando de maneira geral as teses aprovadas na última convenção do PT paulista.

A resolução aprovada aponta que o objetivo último do PT é a construção de uma "sociedade de trabalhadores e homens livres", da forma como foi classicamente exposta por Marx no Manifesto Comunista. Explícita a necessidade de uma ruptura revolucionária para se chegar ao socialismo. Por sua vez, a resolução sobre política de alianças, apesar de avançar na definição dos critérios que devem orientá-las, não explicita claramente quais os partidos que devemos ou não nos aliar nesta conjuntura.

A recomposição

Os dois encontros, ao lado do "desbloqueamento" e do aprofundamento do perfil do partido, expressaram um processo novo de realinhamento político, com o surgimento de três correntes.

A "Articulação" agrupou a chamada "corrente", a Igreja popular e o grupo Ferramenta (grupo sindical e partidário que atua no Vale do Aço, região operária do interior mineiro). O aprofundamento das definições políticas da "Articulação" trouxe, neste início, problemas que refletem a sua heterogeneidade. A "Articulação" enfrentou enormes dificul-

dades no processo de composição de sua chapa de delegados, quando sobressaíram diferenças regionais e disputas internas de lideranças, em detrimento da unidade política.

Uma segunda corrente formou-se a partir de militantes históricos do PT mineiro, que se organizam através dos mandatos dos deputados Virgílio Guimarães e Sandra Starling, agrupando militantes independentes, além do PRC. No encontro municipal de Belo Horizonte, a sua postura foi a crítica sectária das teses da "Articulação", encontrando nelas sempre "profundos desvios reformistas e etapistas", não compreendendo os avanços nas posições destes companheiros e sua disposição de participar em uma chapa única.

Já no Encontro estadual, a postura desta segunda corrente foi mais construtiva, apresentando suas teses e procurando trabalhar emendas às teses aprovadas pela maioria. O lado positivo da atuação destes companheiros está justamente no fato de assumirem abertamente as propostas de maior definição do perfil revolucionário do PT. O lado negativo é a postura no que diz respeito à construção do partido, manifesta, por exemplo, na visão contrária à regulamentação das tendências e favorável ao seu aparecimento público externo ao PT. Esta postura decorre tanto da ausência de um



projeto claro de construção partidária como de uma necessidade de afirmação, de construir um espaço próprio no partido.

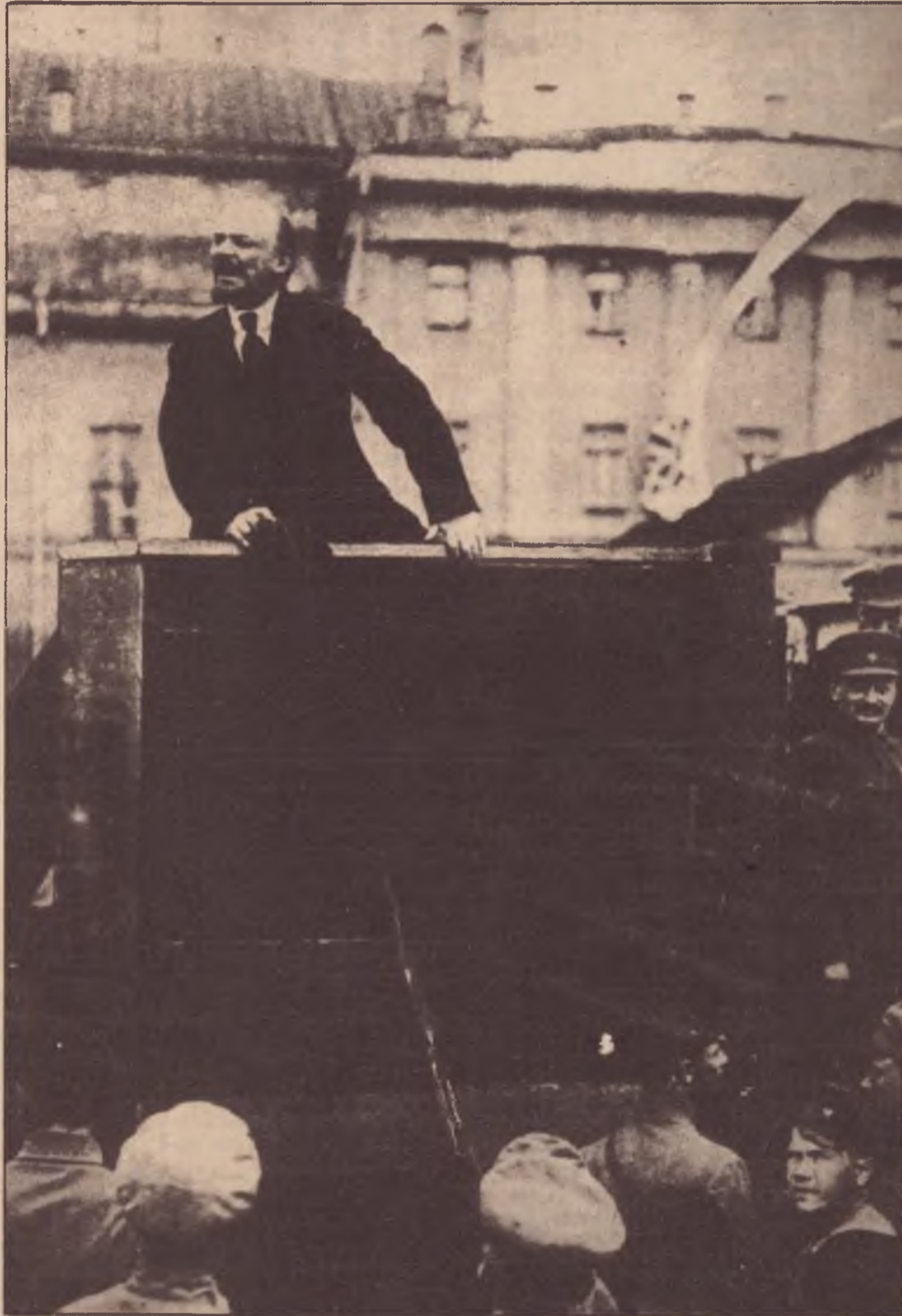
A terceira corrente foi a da Democracia Socialista, que reorientou a sua inserção política no partido a partir da percepção do "desbloqueamento" do PT mineiro e dos avanços da corrente majoritária também a nível nacional. Em Minas, a atuação da Democracia Socialista no PT teve dois períodos claros: uma certa diluição nos primeiros anos do partido, quando se explicitava pouco como corrente e, depois, a atuação no interior do "PT na luta pelo socialismo", quando foi obrigada a atuar em bloco, na medida

em que o partido corria sérios riscos de conciliação de classes e era até ameaçada de expulsão do PT.

O final do Encontro Estadual mostrou que o processo de "desbloqueamento" e de recomposição política ainda está em curso. Ao contrário do encontro municipal de Belo Horizonte, foi impossível a constituição de uma chapa unitária no Encontro estadual, apesar das resoluções refletirem uma elaboração conjunta das três articulações. Duas chapas concorreram: a "Articulação", que obteve 66% dos votos e a composição da Democracia Socialista com a corrente reunida em torno aos mandatos de Virgílio e Sandra que obteve 34% dos votos.

70 anos

A revolução russa de 1917



O calendário da revolução

Fevereiro — 23 a 27. Greve geral e insurreição. Cai a monarquia. Ao lado do Governo Provisório funciona o Soviete. Dualidade de Poder.

Março — O *Pravda* circula legalmente. Primeiro Congresso dos Soviets.

Abril — 3 — Lenin chega à estação Finlândia. 4 — Lenin apresenta as Teses de Abril.

Mai — Trotski chega do exterior.

Junho — 9 — Bolcheviques cancelam manifestação sob pressão. 18 — Maioria bolchevique na concentração organizada pelo Soviete.

Julho — Protesto semi-insurrecional de massas contra a ofensiva militar decretada pelo governo. Lenin passa à clandestinidade.

Agosto — Fracassa golpe contra-revolucionário do general Kornilov.

Setembro — Trotski eleito presidente do Soviete de Petrogrado. Lenin retorna disfarçado. O Comitê Central aprova sua proposta de insurreição.

Outubro — 15 — O Soviete de Petrogrado cria o Comitê Militar Revolucionário sob a presidência de Trotski.

25 — De madrugada, começa a insurreição. Nesse dia instala-se o II Congresso dos Soviets de toda a Rússia. Lenin comunica a vitória da Revolução Operária e Camponesa.

26 — Assumindo o Poder, o Congresso dos Soviets aprova os decretos sobre a Paz e sobre a Terra. O Congresso nomeia o primeiro Conselho de Comissários do Povo.

Na sexta parte do planeta, numa área que ligava a Europa imperialista à Ásia colonizada, a dominação capitalista sofreu a primeira ruptura em outubro de 1917. Até hoje o Capital não conseguiu — nem conseguirá jamais — refazer-se do golpe mortal desferido pela classe operária.

Isaac Ákcelrud

A Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917 combinou, articulou, engrenou e fundiu num só e grandioso acontecimento tantos fatos e fatores de decisiva significação e alcance mundial que — 70 anos passados — ela permanece atual e presente para todos os povos, em todos os países e continentes da Terra. Nenhum outro acontecimento histórico exerceu influência tão extensa, tão profunda e tão abrangente. Nossa época começou em outubro/novembro de 1917.

O vasto império czarista ostentava simultaneamente um acelerado desenvolvimento capitalista industrial e um regime de espoliação da maioria camponesa da população pela decadente nobreza latifundiária. Era o “cárcere dos povos”, explorando e oprimindo mais de uma centena de nações — os russos eram minoria no império czarista. A velha Rússia desempenhava o papel de “gendarme da Europa”, era o pelotão de choque da reação mundial. O colosso foi reduzido a pó. Não ficou pedra sobre pedra.

Tudo começou pelo cumprimento de uma tarefa internacional do proletariado moderno: acabar com a patriótica militaresca da guerra imperialista. A honra de ter dado a partida coube ao proletariado russo.

Mulheres puxam a greve

A monarquia russa já estava caindo de podre.

Já escorria o terceiro ano da guerra mundial. Os incompetentes generais do czar, chefiando um exército especializado em oprimir e reprimir seu próprio povo, afundava na derrota. Os aliados, Inglaterra e França, temiam uma paz em separado entre Rússia e Alemanha. A burguesia, acossada por um proletariado com a experiência da greve geral política e que tinha descoberto o caminho da organização dos Soviets, Conselhos de Deputados Operários, temia perder o grande negócio da guerra e sua parte no botim.

Do outro lado da barricada, apesar da cruel repressão que os privava de seus melhores e provados dirigentes e que sufocava suas organizações sindicais e políticas, os trabalhadores partiam para o combate por paz, pão e liberdade. As lideranças queriam evitar greves que serviriam de pretexto para mais repressão ainda. Aproximava-se o dia 23 de fevereiro, Dia Internacional da Mulher, segundo o calendário vigente no país. (Com o novo calendário, cai a 8 de março). Não era para fazer greve. Mas o povo trabalhador já não suportava mais a carnificina, a fome e as privações sem conta impostas pela guerra imperialista. No dia 27 de fevereiro, as tecelãs de Petrogrado puxaram a greve. Em apenas cinco dias — de 23 a 27 de fevereiro — a greve se tornou geral, espalhou-se por todo o país, transformou-se em insurreição, conquistou o apoio de soldados e marinheiros, armou os trabalhadores.

Desmoronou a autocracia. O czar Nicolau soçobrou ridícula e totalmente. A burguesia marota tratou de arrebatar os frutos da vitória do proletariado. Amarrou um lenço vermelho ao pescoço, mobilizou a escória reformista e “trabalhista” para fazer o discurso “revolucionário” e aboletou-se no governo para continuar na guerra a serviço do capital.

Os trabalhadores, sem esperar instruções de ninguém, começaram a organizar seus Soviets, agora integrados por Deputados Operários, Soldados, Marinheiros e Camponeses.

Logo que recebeu as primeiras notícias, Lenin, que estava retido na Suíça, começou a organizar seu regresso à Rússia. Sem perda de tempo, enviou o seguinte telegrama aos seus companheiros bolcheviques que conseguiram partir:

“Nossa tática: desconfiança absoluta, nenhum apoio ao novo governo, desconfiamos sobretudo de Kerensky, armamento do proletariado a única garantia, eleição imediata Duma Petrogrado, nenhuma aproximação outros partidos. Telegrafar isto a Petrogrado. (a) Ulianov”

Smirnov e outros dirigentes do Partido à época de Lenin e imediatamente após a morte de Lenin, não somente não foram traidores, nem contra-revolucionários, nem agentes imperialistas, nem fascistas, nem assassinos, nem terroristas.

Mas também que o Estado reconheça, ainda, que eles foram os principais líderes do Estado e do Partido, membros do Birô Político, de fato os únicos mencionados, junto com Stalin, no testamento de Lenin; que eles foram revolucionários e comunistas convictos e honestos e que, portanto, suas idéias merecem ser estudadas, seus escritos merecem ser reproduzidos.

Se a crítica deve ser feita, deve ser objetiva, fundada sobre o que seus escritos contêm realmente e não sobre "intenções" ou um "duplo sentido" atribuído enganosamente. Esses textos não devem permanecer ocultos. Mesmo a reprodução parcial e seletiva é inadmissível. Nenhum debate, nenhuma referência ao que se passou na URSS de 1917 até o assassinato dos velhos bolcheviques, mesmo até hoje, não será mais possível sem levar em conta essas obras.

Não há direção infalível

A reabilitação penal-legal dos acusados nos processos de Moscou, o restabelecimento de seus direitos cívicos, de seus companheiros e descendentes não pode ser confundida com a aprovação política total ou parcial de suas opiniões. Mesmo porque defenderam idéias muito diferentes. Contrariamente à versão policial estalinista nunca houve "bloco dos trotskistas e direitistas". Zinoviev e Kamenev nunca foram trotskistas. No máximo, associaram-se, aberta e não conspirativamente, à oposição de esquerda em 1926-27, como fez também a viúva de Lenin, Natalia Krupskaja.

Classificar politicamente os acusados em pelo menos cinco categorias: os "trotskistas" (o termo já se presta à confusão, melhor chamá-los de Oposição de Esquerda); os zinovievistas; a oposição de direita, dita bukhari-niana; estalinistas dos anos 1923-29 que romperam com Stalin no início dos anos 30; personalidades sem convicções políticas muito precisas.

A reabilitação das vítimas de Stalin não pode ser a aceitação ou recusa de suas opiniões políticas, o que equivaleria à aceitação da base "ideológica" dos processos e da repressão terrorista. É preciso reafirmar o direito ao erro político, sem o que nenhuma democracia, nenhum debate sincero é possível. Se uma idéia que possa revelar-se errônea é mais ou menos automaticamente tachada de criminosa

e acaba na repressão, na deportação ou na morte, ninguém mais ousará divergir do secretário geral. E como a História já provou abundantemente nenhum comitê central e nenhum secretário geral são infalíveis. O mutismo engendra a impotência para corrigir os erros, inclusive os catastróficos, por longos períodos.

O veredito é da História

Estamos convencidos que, no essencial, Trotsky e a Oposição de Esquerda tinham razão nas grandes controvérsias do PCUS de 1923 a 1933. Mas nunca pediremos a respeito uma resolução do CC do PCUS e muito menos um veredito do Tribunal Supremo. Este veredito pertence à História. Pertence aos trabalhadores e aos intelectuais revolucionários de hoje e de amanhã. Nenhuma "instância" pode substituir a História. Mas as instâncias podem e devem se pronunciar sobre os atos atribuídos aos acusados e admitir a evidência: são acusações destituídas de qualquer fundamento.

A reabilitação das vítimas dos processos de Moscou é objeto duma batalha política aberta e virulenta na URSS. É que implica simultaneamente num julgamento de Stalin, das principais viragens da "linha geral" entre 1923 e 1938 e mesmo em 1953, sua explicação materialista e não simplesmente psicológica. Implica também julgamento dos limites da "desestalinização" sob Khrushchov. Isto quer dizer um reexame crítico de toda a história da URSS, do PC e do "movimento comunista internacional".

Queima de arquivos

Só resta uma camada da burocracia, com idade avançada, que foi cúmplice ou testemunha passiva e tolerante daqueles crimes e, sobretudo, dos esforços frenéticos no sentido de limitar a desestalinização entre 1953 e 63 como para corrigi-la em 1965. Elementos mais jovens participam dessa fração da nomenklatura por conveniência política.

O boletim dissidente **Glasnost** denunciou: "Os arquivos judiciais soviéticos dos anos 30, 40 e 50 estão sendo destruídos ao ritmo de 5.000 dossiês por mês, a pretexto de falta de espaço para conservá-los". Essa publicação de antigos presos políticos, como Serguei Grigoriants, informa que documentos relativos a milhões de soviéticos vítimas do terror estalinista são mantidos nos arquivos do Colégio (tribunal) Militar da Corte Suprema. "Os arquivos do ministério público e do ministério da Justiça foram "depurados" nos anos 60 e 70. Sob a presidência de Gorkine e Smirnov, na Corte Suprema, os arquivos foram preservados. A limpeza começou com a ida de Vladimir Te-rebilov para a Corte Suprema, em 1984. No princípio, os documentos eram queimados na chaminé da própria Corte Suprema. A fumaça era muita. Passaram a incinerar fora de Moscou.

Debate aceso

O debate avança em silêncio no aparelho e atinge a praça pública mais francamente. O jornal austríaco **Profil** informa sobre duas reuniões públicas em Moscou. O professor



Uma calúnia estalinista dos anos 30: aliança de Trotsky com o nazismo



do Instituto de História, Yuri Borissov convidava para uma palestra sobre "Stalin, o homem e o político". Admitindo que cometera erros, era uma apologia do ditador.

A maioria do auditório rea-

giu indignada. "Quantas vítimas? Quantas reabilitações?" Quando Borissov repetiu a mesma conferência na Casa Central de Cultura, foi colocado contra a parede com exemplos concretos: o grande diretor teatral Meyerhold, torturado como reconhece a própria GPU, teve a mão esquerda partida e foi obrigado a beber a própria urina. Na conferência de Yuri Afanassiev, crítico de Stalin, promovida pelo **Komsomol**, uma pergunta escrita interpelava o orador: "É a favor da publicação das obras de Trotsky?". Resposta: "Sim, para que nossos estudantes possam ler e estudar toda a literatura da história soviética".

O debate leva ao tumulto. Até que alguém fez chegar uma proposta ao orador: chegue de falar em "culto da personalidade". Que se erga um monumento às vítimas e se

condene Stalin como criminoso, Afanassiev lê pausadamente. Apoiava a proposta do monumento. Não reage quanto ao resto. (**Profil**, 13 de julho de 1987).

Um dever do movimento operário

É nosso dever, é dever de todo o movimento operário internacional apoiar com todas as forças a juventude e os homens de coragem que travam esta luta histórica pela verdade e a justiça. Pois não se trata apenas de elementar solidariedade. Os acusados eram quase todos militantes internacionais: Zinoviev e Boukharin, presidentes da Internacional Comunista; Rakovski, Trotsky, militantes da II antes de se tornarem dirigentes da III Internacional; Rakovsky, dirigente do PS da Bulgária e da Romênia; Trotsky, autor do manifesto de Zimmerwald, autor do apelo à conferência de fundação da Internacional Comunista, autor dos manifestos dos seus primeiros quatro congressos; Radek, por muitos anos secretário da IC, um dos dirigentes da socialdemocracia polonesa, militante da socialdemocracia alemã; Piatakov, delegado da IC junto ao PC alemão na revolução de 1923 e outros.

Grande parte do movimento operário internacional falhou, à exceção de Friedrich Adler, secretário da Internacional Socialista, quando em 1936, 37 e 38 era preciso defender os velhos bolcheviques contra seus assassinos. Essa omissão não pode repetir-se hoje.

Na URSS prossegue o debate. Afanassiev prega uma reapreciação do testamento de Lenin e um reexame crítico dos manuais de história. Ao mesmo tempo, os "especialistas" em anti-trotskismo voltam à cena. Quem se atreve a recordar Lenin — "Nossa força está na verdade" — ainda não chega às últimas consequências. Os problemas implicados abarcam a questão do "socialismo num só país", isto é a questão do trotskismo. São questão de conteúdo — o que discutir — e de forma — como discutir. É o problema da democracia socialista e do poder dos trabalhadores.

É isto que assusta a burocracia e faz Gorbachov hesitar.

Os processos de Moscou

Primeiro processo — É o "processo dos 16", iniciado em 19 de agosto de 1936. Os principais acusados são representantes da velha guarda bolchevique, como Zinoviev, Kamenev, Evdokimov e Bakaiev, personalidades como Píckel e Reingold, militantes da oposição de esquerda como Smirnov e Mratchovski, oficiais aviadores como Dreitsen. Estão incluídos também o escritor e jornalista Ter Veganian e o alto funcionário Goltsman. São acusados de participar de um "centro" incumbido de preparar e executar atentados terroristas contra os dirigentes do partido e do país. Vichinsky declara que é preciso "fusilar estes cães raivosos", "estes palhaços, estes pigmeus, estes aventureiros".

Embora ausente, Trotsky é o principal acusado, "alma e organizador do bloco terrorista, segundo as "confissões" dos acusados. A 25 de agosto

os 16 condenados são executados.

Segundo processo — Desencolha-se de 23 a 30 de janeiro de 1937 diante do mesmo tribunal. Desta vez, são 18 acusados: Piatakov, Radek, Serebriakov, Drobni, Muralov etc. O esquema geral não difere do anterior. São acusados de reconstruir o "centro trotskista — zinovievista" visando desde o "envenenamento coletivo" até a sabotagem econômica. Só comparecem os que "confessaram". Vichinsky procura provar que é Trotsky quem puxa os cordeis.

O veredito é de 15 condenações à morte. Piatakov, Radek e Sokolnikov são condenados à reclusão.

Terceiro processo — Entre 2 e 13 de março de 1938 rola o processo de mais 21 acusados. Comparecem Bukharin, Rykov, Rakovsky, Krestinsky, Iagoda (antigo chefe de polí-

cia), ex-comissários do povo, como Grinko e Tchermov, antigos membros do CC, funcionários e três médicos, mais um punhado de indivíduos duvidosos e dedos-duros. São acusados de formar um "bloco de direitistas e trotskistas" e de ter, por intermédio de Trotsky, concluído um acordo para derrubar o poder soviético e desmamburar a URSS em proveito de potências inimigas. Houve 19 execuções.

Condenação dos generais — A 11 de junho de 1937, um comunicado anuncia a prisão e julgamento no mesmo dia de um grupo de generais, incluindo Tukhatchevsky, Iakir, Ouborevitch, Feldman e outros oficiais do Exército Vermelho. Alguns já estavam presos desde 1936. Não ficou claro se houve um julgamento verdadeiro. As execuções dos generais decapitam o Exército Vermelho, à véspera da Segunda Guerra Mundial.

Dualidade de Poder

O telegrama de Lenin, datado de 6 de março, resumia em poucas palavras uma análise política profunda e brilhante. De longe, via e avaliava melhor os acontecimentos do que os conciliadores patrioteiros arrastados pela voragem. Dois poderes estatais, dois governos, dois regimes políticos coexistiam lado a lado, no mesmo país.

Na carta de despedida aos trabalhadores suíços, Lenin declarou expressamente que regressa à Rússia "a fim de prosseguir em nossa pátria a **ação revolucionária internacionalista**". Na Suíça se falam três línguas — alemão, francês e italiano. Por isso pedia que sua mensagem fosse extensiva aos trabalhadores alemães, franceses e italianos, com a ajuda dos camaradas suíços que se beneficiavam da paz e gozavam de liberdade. Mantém o compromisso assumido em outubro de 1915: se a revolução triunfar na Rússia e um governo republicano desejar prosseguir na guerra imperialista, seremos seus adversários resolutos, contra "a defesa da pátria", contra essa guerra. Reafirma que "só o proletariado revolucionário da Rússia e de toda a Europa permanece fiel ao internacionalismo e pode subtrair a humanidade aos horrores da guerra imperialista".

Que faria nosso partido se chegasse ao poder? — pergunta Lenin. A resposta: 1 — proporíamos logo a paz a todos os povos beligerantes; 2 — condições de paz: libertação imediata de todas as colônias e de todos os povos lesados em seus direitos; 3 — começaríamos pela emancipação dos povos oprimidos pelos grão-russos; 4 — essas condições, sabemos, seriam inaceitáveis não só para a burguesia da Alemanha como para os governos capitalistas da França e da Inglaterra. Teríamos que lutar. A tarefa é gigantesca, sublinha Lenin. Mas não é nossa impaciência, não se trata de nossos desejos. São as condições objetivas reunidas pela guerra imperialista que colocaram toda a humanidade diante do dilema:

"Ou permitir que morram mais uns milhões de pessoas e que toda a civilização europeia seja aniquilada, ou transmitir o poder em todos os países civilizados ao proletariado revolucionário, realizar a revolução socialista".

Lenin recorda que a Rússia é um país agrário, um dos mais atrasados da Europa. Lá o socialismo não pode vencer imediata e espontaneamente. Mas pode "dar uma formidável amplitude à revolução democrático-burguesa (na Rússia) e fazer de nossa revolução o prólogo da revolução socialista mundial, uma etapa para ele". Mas ainda: "O proletariado russo não pode, só com suas forças, concluir vito-

riosamente a revolução socialista. Mas pode dar à revolução russa uma amplitude que criará as melhores condições para a revolução socialista e a **começará em certo sentido**". Mais ainda: "As condições objetivas da guerra imperialista nos garantem que a revolução não se limitará à primeira etapa da revolução russa, que a revolução não se limitará à Rússia". E conclui:

— Viva a revolução proletária que começa na Europa!

Empunhando esta bandeira, Lenin chegou, dia 3 de março, à Estação Finlândia, em Petrogrado.

As Teses de Abril

Lenin foi logo exposto sua concepção. Falou ao povo, montado num carro blindado. Falou igualmente numa reunião ampla. Só conseguiu publicar suas idéias sob a forma de Teses a título pessoal. A direção do partido não se abstinha, como atacava as novas posições de seu fundador e líder. Em reumo ultracompatto, as Teses de Abril dizem o seguinte:

1 — Nem a mínima concessão ao "defensismo". O proletariado só pode lutar nas seguintes condições: a) passagem do poder ao proletariado e aos pobres do campo; b) renúncia efetiva e não apenas verbal a toda anexação; c) ruptura de fato com todos os interesses do capital. Explicar pacientemente esta posição aos adversários e oponentes de boa fé.

2 — A situação atual da Rússia é de transição da primeira etapa da revolução que deu o poder à burguesia, por causa da insuficiência de consciência política e de organização do proletariado, para a segunda etapa, que deve dar o poder ao proletariado e aos camponeses pobres.

3 — Nenhum apoio ao governo provisório. Desmascará-lo em vez de "exigir" que deixe de ser imperialista.

4 — Reconhecer que nosso partido está em minoria, uma fração minoria na maior parte dos Sovietes. Nessa situação, explicar pacientemente, criticar os erros cometidos, afirmando sempre a necessidade da passagem de todo o poder aos Sovietes.

5 — Não uma república parlamentar, que seria um retrocesso, mas uma república dos Sovietes.

6 — No programa agrário, colocar o centro nos Sovietes dos assalariados agrícolas. Confiscação de todos os latifúndios. Nacionalização de todas as terras do país que serão postas à disposição do Soviete.

7 — Fusão de todos os bancos num só banco nacional.

8 — A tarefa imediata não é "introduzir o socialismo, mas assumir imediatamente o controle de toda a produção social e a repartição dos produtos pelo Soviete.



Em 1917, um intenso processo de auto-organização das massas

9 — Modificar o programa do partido, principalmente sobre a) o imperialismo e a guerra imperialista; b) sobre o Estado, nossa reivindicação é o "Estado-Comuna"; c) emendar o programa mínimo que envelheceu; d) mudar a denominação do partido.

10 — Renovar a Internacional. Criar uma Internacional revolucionária.

As Teses de Abril foram brutalmente atacadas dentro e fora do partido de Lenin. Foram repelidas em editorial da Pravda, então dirigida por Stalin e Kamenev. Lenin foi acusado de "desvio sindicalista" e de trotskista. Em realidade, Trotski foi o primeiro a vislumbrar, analisando a experiência de 1905 (o ensaio geral da revolução), que o proletariado russo poderia chegar ao poder antes que o dos países desenvolvidos. Trotski só conseguiu chegar à Rússia algumas semanas depois de Lenin. O entendimento e aproximação entre os dois dirigentes foi completo.

Antes disso, porém, as bases do Partido, na Conferência de Abril, deram a vitória a Lenin. No Primeiro Congresso dos Sovietes, logo em seguida, um líder conciliador, menchevique (se a revolução é democrático-burguesa, o poder compete à burguesia — diziam) desafiou a política leninista: "No momento não existe no país nenhum partido operário capaz de assumir o poder". Uma voz ecoou energicamente por toda a sala:

— Este partido existe.

Era a voz de Lenin ouvida pelos Sovietes de todo o país.

Explicando pacientemente

O debate sobre as Teses de Abril permaneceu aceso desde 4 de março a 25 de outubro de 1917. No partido, a propósito de cada decisão importante. No seio das massas através da perseverante aplicação prática. A dualidade de poder era o

campo ideal para esse trabalho de paciente explicação e eficaz organização. A política de guerra do governo provisório desmoralizava os conciliadores e jogava um soviete depois do outro para o lado bolchevique.

A 18 de abril, o ministro do Exterior, Miliukov, deu entrevista declarando manter os compromissos do czar com os aliados. A onda de protestos foi tamanha que o governo teve que desmentir seu chanceler. Nesse clima, reuniu-se a Conferência Nacional bolchevique. Lenin saiu amplamente vitorioso. Vencia também nas ruas: as manifestações contra a guerra apoiavam a resistência nos quartéis — os soldados se recusavam a marchar. No 1º de Maio, festejado em abril pelo velho calendário, confraternização ostensiva, em praça pública, de soldados russos com alemães e austríacos prisioneiros de guerra.

Em maio, chega Trotski dos Estados Unidos. Lenin o convida para o conselho de redação da Pravda e para o comitê organizador do próximo congresso do partido. Trotski e seus companheiros, uns quatro mil militantes, não tardaram a se filiar formalmente ao partido bolchevique. No zigue-zague político, foi cancelada a manifestação convocada para 9 de junho. Uma semana depois, entretanto, outra manifestação, iniciativa do Congresso dos Sovietes, era amplamente dominada pelos bolcheviques.

Pressionado pelos aliados, o governo provisório ordenou uma ofensiva na Galícia. As manifestações de julho durante quatro dias, apesar das tentativas de conter as massas pelos bolcheviques que achavam a ação prematura por falta de apoio no interior. O governo reagiu e ordenou a prisão de Lenin que foi obrigado à clandestinidade. A ofensiva militar foi um fracasso. Em agosto, nova desmoralização: fracassa

o golpe do general Kornilov, aconchavado com o ministério.

Os soldados daquele exército recrutado no campo, desmobilizados por decisão própria sob a influência do movimento operário, voltavam às aldeias e mobilizavam os camponeses, tomavam as terras, destruíam as mansões dos latifundiários. O programa agrário desarmava a burguesia, luta pela paz e pela autodeterminação dos povos engrossava as fileiras da revolução, dia a dia, hora a hora. Aproximava-se a hora da insurreição. Lenin exige uma definição do Comitê Central, sob pena de demitir-se e apelar para as bases. A 9 de outubro, chega a Petrogrado sob disfarce. Na reunião do Comitê Central só dois votos contra. Um birô político do qual fazem parte Lenin e Trotski cuidará de organizar a insurreição. Mas o que funcionou mesmo foi o Comitê Militar Revolucionário do Soviet de Petrogrado, já então sob a presidência de Trotski.

A conquista do poder

O 2º Congresso dos Sovietes de toda a Rússia estava marcado para o dia 25 de outubro. As primeiras horas da madrugada, o comandante do Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado, Leon Trotski, detonou a insurreição. Foram ocupados os pontos-chave da cidade com precisão cronométrica. Os membros do governo provisório foram presos ou fugiram como ratos. À tarde, Lenin já podia anunciar a vitória da "revolução operária e camponesa".

Na tarde de 26 de outubro, o Congresso dos Sovietes, já no exercício do poder estatal, aprovou os decretos sobre a terra (tomai as terras em vossas mãos) e sobre a paz (confraternizai nas frentes de combate). O Congresso nomeou o primeiro Conselho de Comissários do Povo.

Em defesa da verdade na história da revolução

O discurso de Mikhail Gorbatchev, na comemoração dos setenta anos da revolução russa, expressa bem os limites e contradições de seu projeto político.

Nele, pela primeira vez, um dirigente do Estado russo faz a crítica pública de Stálin (o discurso de Nikita Kruschchev até hoje não foi amplamente divulgado na URSS): "a culpa de Stálin e de seu círculo próximo perante o partido e o povo por suas medidas de repressão e seus atos ilegais é enorme e imperdoável". Mas, ao mesmo tempo, Gorbatchev não deixou de assinalar um grande elogio a Stálin pelo papel que desempenhou na Segunda Guerra Mundial: "fator decisivo na conquista da vitória foi a tremenda vontade política, a persistência e a capacidade de organizar e disciplinar o povo demonstrada por Stálin."

Também de forma inédita o nome de Trotsky não foi apagado da história, como de costume. Mas foi alvo de ataques e críticas variadas: "demonstrou pretensões excessivas à liderança do partido, confirmando ser um político com demasiada confiança em si mesmo, que sempre vacilou e blefou... com ataques ao leninismo como um todo. Além disso, afirmou o atual secretário-geral do PCUS, "sua idéia de espalhar a revolução não condiz com a convivência pacífica entre o socialismo e o capitalismo", como se o internacionalismo revolucionário não fosse algo essencial ao marxismo.

É neste contexto que a iniciativa internacional da divulgação de um manifesto exigindo a completa revisão dos processos de Moscou demonstra toda a sua importância. O manifesto, encaminhado aos dirigentes do estado russo e divulgado simultaneamente em numerosos países, tem a assinatura dos principais dirigentes nacionais do PT, do PRT mexicano, a bancada parlamentar Democracia Proletária italiana, de deputados da esquerda trabalhista inglesa, da dirigente dos verdes da Alemanha (Petra Kelly), parte da direção do PS francês, de teóricos e intelectuais marxistas como Paul Sweezy, Noam Chomsky, Perry Anderson, Ernest Mandel, Rossana Rossanda, o dirigente revolucionário uruguaio Raul Sendic, entre outros.

Aqui, Ernest Mandel analisa a importância deste compromisso com a história

No dia 16 de julho de 1987, a Côrte Suprema da URSS reabilitou penalmente o grande economista russo Nicolas Kondratiev e seus coacusados no processo de 1930, no qual foram condenados a longos anos de detenção. Com seu gosto pelo humor macabro, Stalin intitulou esse processo como o do "partido da indústria". Em realidade, antes de tudo, era um processo de agrônomos do Instituto de Economia Rural de Moscou, mais o de alguns colaboradores do Instituto de Conjuntura Internacional — o primeiro dirigido por Alexandre Shayanov, o segundo por Kondratiev.

Kondratiev, autor da versão acadêmica sofisticada da teoria das ondas longas da conjuntura, criou um dos primeiros institutos de estudo sistemático da conjuntura econômica internacional. Sua teoria continua influente, embora tenha sido objeto da crítica cerada dos marxistas soviéticos, a começar por Leon Trotsky.

Alexandre Shayanov foi um dos principais teóricos da "agricultura camponesa não-mercantil". Menos conhecido do que Kondratiev, é autor do célebre artigo sobre "A teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas" (1924) e de uma curiosa "utopia camponesa" (Viagem de meu irmão Alexis ao país da utopia camponesa). Foi militante destacado do movimento cooperativo soviético.

Muitos observadores viram na reabilitação de Kondratiev um prenúncio da reabilitação iminente de Bukharin, cuja viúva e filho Iury Larin, viram recusada sua petição, no verão de 1977. No momento atual, as alusões positivas à pessoa e mesmo à orientação política de Bukharin, se multiplicam na imprensa soviética e mesmo em algumas publicações chinesas.

A recusa à reabilitação penal de Bukharin colocaria as autoridades judiciárias em situação difícil. Kondratiev foi ministro de Kerensky. Bukharin, antigo dirigente da revolução de outubro, membro do Birô Político, chamado por Lenin em seu testamento de "filho querido do partido".

Mas a reabilitação de Kondratiev não é um fato isolado. Em 1985, um dos principais acusados do terceiro processo de Moscou, Nicolas Krestinsky, antigo Comissário do Povo para as Finanças, ex-embaixador soviético em Berlim, foi reabilitado com mais cinco coacusados. É verdade que, ao contrário da reabilitação do

Comitê Central do Partido Bolchevique em 1917



KAMENEV executado



ZINOVIEV executado



LENIN morto



TROTSKI exilado



RIKOV executado



BUKHARIN executado



NOGIN morto



DZERZHINSKY morto



SVERDLOV morto



JOFFE suicídio



BUBNOV desaparecido



SOKOLNIKOV preso



KOLLONTAI perdida?



URITSKY morto



KRETINSKY executado



SMILGA executado



ARTEM morto



STASSOVA desaparecida



LOMOV ?



SHOMYAN morto



BERZIN ?



MURANOV desaparecido



MILIUTIN perdido



STALIN sobrevivente

marechal Tukhachevsky e outros dirigentes do Exército Vermelho, fuzilados em 1937, a reabilitação de Krestinsky se fez discretamente. Mas isto pode ser o início de um processo que leve à reabilitação de Bukharin.

Pressão internacional

Seja como for, aparece claramente a utilidade e necessidade de uma pressão do movimento operário internacional em favor da reabilitação de todos os acusados dos processos de Moscou.

Para se compreender o alcance de uma reabilitação jurídico-penal dos acusados — de todos os acusados e não somente dos principais dirigentes bolcheviques assassinados a partir de farsas infames — é preciso distinguir três aspectos da repressão estalinista contra os velhos bolcheviques:

1 — A mais grosseira falsificação histórica que consiste em silenciar completamente sobre seu papel na Revolução e no movimento operário anterior à Revolução, na construção e direção do Estado Soviético e do PCUS entre 1917 e 1928, mencionando-os somente com adjetivos difamatórios: espíões imperialistas, agentes da Gestapo, traidores, contrarrevolucionários, assassinos, sabotadores, etc. Foi a regra desde 1934-1938.

2 — A falsificação histórica mais sutil, deformando certos aspectos de sua atividade e certas idéias que defendiam, ocultando uma parte da sua atividade real e atribuindo-lhe concepções que jamais defenderam. Assim a fração estalinista atuou entre 1923 e 1928, deslizando progressivamente para as mais ignobres calúnias do primeiro tipo descrito.

3 — A condenação formal em veredito judiciário por crimes que jamais cometeram

com execução imediatas, salvo os casos de Radek e Rakovsky e alguns outros condenados a longas penas. Essas condenações implicaram na "cívica" — seus escritos são interditos até hoje na URSS.

A burocracia pode muito bem se contentar com uma retificação parcial, por exemplo, por ocasião do 70º aniversário da Revolução de Outubro. Pode suprimir as mais grosseiras e infamantes falsificações históricas, como fez a nova edição da *Bolchaia Entsiklopedia* soviética. Sem por isso restabelecer a verdade histórica nem permitir a reedição e livre circulação dos escritos das vítimas.

Uma reabilitação total, sem exclusões, de todos os acusados dos processos de Moscou implica necessariamente em que o Estado reconheça diante das massas soviéticas que Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bukharin, Rykov, Rakovsky, Piatacov, Krestinsky, Radek,

IV Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

"Somos todas feministas"

Um grito de unidade que percorreu a plenária final, reagindo à proposta de divisão, registrou o desafio maior: o de combinar a luta pela libertação das mulheres com a luta pelo socialismo.

Nalu Faria e Maria Inês Bueno



Logotipo produzido por International Women's Tribune Centre

O IV Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, realizado de 18 a 25 de outubro, em Taxco, no México, expressou um avanço importante da organização das mulheres e a existência de um novo processo na luta feminista latino-americana. A presença de 1.500 mulheres, vindas de praticamente todos os países (com a única exceção do Panamá e do Caribe de língua inglesa) compôs um amplo quadro das diversas expressões do movimento, acentuando a tendência que já se manifestava no encontro anterior em Bertioiga, São Paulo, em 1985, de um aumento da participação das mulheres organizadas em diferentes formas no movimento popular.

Vários países, como Cuba e Guatemala, estiveram pela primeira vez presentes a esse Encontro Feminista. A presença marcante das delegações centro-americanas, principalmente da Nicarágua, com mais de quarenta mulheres, marcou um tom de politização e discussão das lutas sociais do continente, que percorreu todo o encontro. Por outro lado, o nível da discussão evidenciava as contradições entre os diferentes setores do movimento, com uma fragilidade grande de integração mais profunda entre os vários aspectos da luta pela libertação das mulheres.

Uma revolução socialista e feminista

Demonstrando o crescimento da inquietação e do interes-

se pelo feminismo entre as mulheres mobilizadas e organizadas nas diferentes frentes de atuação social, o Encontro trouxe à tona a necessidade do enfrentamento de algumas questões polêmicas que têm marcado o feminismo latinoamericano. Em primeiro lugar, demonstrou a necessidade de se reequilibrar a crítica às formas tradicionais de organização e discussão, dos movimentos políticos, negando o seu autoritarismo sem, no entanto, fazer a apologia da recusa a qualquer forma de organização.

Além disso, a crítica ao fechamento e mesmo preconceitos dos partidos políticos em relação ao feminismo se fez em novos marcos. Pela própria presença e atuação das militantes partidárias no movimento hoje, questiona-se a negação absoluta da militância partidária, que caracterizou, por um período, uma parte significativa das militantes feministas. Diferentemente de outros encontros, houve um clima de abertura para as militantes partidárias se reconhecerem como tais e discutirem, inclusive, seu enfrentamento pela assimilação do feminismo dentro dos partidos.

E, finalmente, o Encontro do México, reafirmou o desafio, que temos enfrentado também nos nossos encontros nacionais feministas, de fazer desses fóruns momentos privilegiados para a introdução das questões mais sensíveis e difíceis do feminismo entre as mi-

litantes dos setores populares. Este foi um aspecto pouco explorado no Encontro.

Na parte da tarde, reservada às oficinas, houve poucos trabalhos organizados a partir de vivências do corpo, da sexualidade, violência, que pudessem permitir à grande maioria das mulheres presentes, e que não têm este tipo de vivência, introduzir de forma mais concreta na sua forma de fazer política, a opressão específica das mulheres. Esse espaço da aprendizagem pessoal, para além do discurso, que é uma característica do feminismo, essencial para o desenvolvimento da consciência das mulheres, permite enfrentar questões como o aborto, o lesbianismo, a repressão sexual, a opressão da família, de uma forma mais integrada à vida de cada mulher e integrá-las efetivamente à sua luta social e política.

Como sintetizou Ana Criquillion, da Associação dos Trabalhadores Camponeses (ATC) da Nicarágua, na oficina sobre "Perspectivas do Movimento Feminista": "Precisamos criar uma unidade interna individual. Sou mulher e sinto minha opressão como mulher. Por isso queremos uma só revolução, uma revolução que seja socialista e feminista".

Um gesto unitário

Para a discussão dos grupos, pela manhã, a coordenação propôs um eixo comum de discussão sobre "A política feminista na América Latina, hoje," que, pela composição do encontro e as experiências trazidas pela grande maioria das participantes, trouxe à tona as diferentes formas e níveis de compreensão do feminismo.

Se por um lado, o avanço da luta dos povos por transformações sociais pode criar possibilidades mais concretas das mulheres se organizarem, representando um rompimento com seu papel tradicional na sociedade, ao sair de um espaço exclusivamente privado, para se tornarem cada vez mais agentes ativos nos movimentos sociais, por outro lado

permanece em vários setores a dificuldade de integrar a questão de gênero na sua visão e atuação política, resistindo, às vezes, ao desenvolvimento de uma consciência feminista.

Por sua vez, também entre os setores que se consideram tradicionalmente feministas, há uma resistência em aceitar esta nova riqueza do movimento, que é sua real possibilidade de massificação, na realidade latino-americana, combinando de forma indivisível as lutas sociais por melhores condições de vida, pela democracia, pela libertação nacional, pelo socialismo, com as diferentes formas de organização e luta pela libertação das mulheres.

A ausência de uma corrente com peso suficiente no movimento para polarizar em torno a uma visão mais integradora de prática e discurso feminista, possibilitou que se desenvolvesse a tensão entre os dois tipos de visão, dando margem para que se articulassem propostas de divisão do movimento.

No entanto, a reação de auto-reconhecimento de todas as mulheres presentes como sendo parte do movimento feminista, e a recusa à divisão, foi um dos momentos mais marcantes do encontro. Frente à proposta de que, a partir de agora, se realizassem dois encontros, um dos setores "feministas" e outro dos setores do "movimento popular" (apresentada na plenária final com o argumento de resolver dificuldades, que são reais, de organização devido ao crescimento constante dos encontros e garantia de um aprofundamento das discussões), as mulheres reagiram com a aclamação geral. "Somos todas feministas. Nós e muitas mais".

Na verdade, um gesto unitário que representa, ainda que de forma emotiva e pouco consciente, o reconhecimento da necessidade de responder ao desafio de construir uma estratégia política para o feminismo, integrada aos diferentes aspectos da luta pela transformação social, no sentido da constituição de um movimento de mulheres não apenas massi-

vo, mas declaradamente feminista.

Uma nova vanguarda

O vazio de direção, a escassa elaboração teórica e a tensão entre as diferentes visões do feminismo refletiram a realidade do movimento nos diversos países. Em primeiro lugar, evidencia-se a necessidade de construção de uma nova vanguarda que unifique as forças mais vivas do movimento hoje, a partir de setores dos grupos autônomos, do movimento popular e sindical e militantes partidárias, que contribua no avanço da organização e mobilização do movimento.

Ao mesmo tempo, o Encontro demonstrou ausência de uma nova produção teórica que dê conta dos atuais desafios do movimento. Apesar dos encontros setoriais existentes a nível de América Latina, como saúde, mulheres e desenvolvimento etc, a maior parte da produção obtida a partir desses fóruns, fica dispersa e ainda não faz parte do patrimônio coletivo do movimento.

Questões centrais, como a relação com o Estado e o enfrentamento de uma política que passa em vários países pela criação de órgão e programas governamentais não foram abordadas no Encontro. Por outro lado, posicionamentos sobre a relação da Igreja e da religião com a questão do aborto, sobre a especificidade do despertar para uma consciência feminista nas mulheres das classes populares ou sobre os mitos tradicionais do feminismo, apresentados por diferentes oficinas apontam algumas das novas linhas de reflexão necessárias.

O Encontro indicou propostas de continuidade que prevêm a realização de outros encontros por temas, como saúde, violência, movimentos populares; a organização de encontros nacionais nos vários países, e o aumento das redes de intercâmbio existentes, para que possamos chegar ao próximo Encontro, na Argentina, daqui a três anos, com muito mais acúmulo organizativo e teórico.

África do Sul

Aqui, com atraso, EM TEMPO: começa a cumprir um dever internacionalista: o de divulgar a experiência de um dos setores mais oprimidos e combativos do proletariado mundial.

Nasce um movimento operário moderno

Uma greve histórica. Três semanas de duração, 340 mil mineiros negros, sob a direção do sindicato NUM, paralizaram o trabalho nas minas de ouro e carboníferas da África do Sul. Suas reivindicações: aumentos salariais de 30%, dias de férias suplementares, um aumento importante dos seguros de risco e de acidentes.

Os mineiros finalizaram a greve em consequência de um compromisso. Este, à primeira vista, parece muito magro: o valor do seguro por acidente foi prolongado de um ano de salário; os aumentos de salários ficaram restritos a um teto de 23%, como já havia sido fixado antes da greve; um dia apenas de descanso foi concedido. Além disso, uma parte dos mineiros demitidos não tiveram seus empregos de volta. Esta greve histórica teria conduzido, então, a uma derrota?

Absolutamente. O NUM provou que é capaz de dirigir uma greve de longa duração, contra toda a repressão do governo e dos patrões. O NUM organiza firmemente hoje os mineiros. A greve custou a cada dia milhões de dólares aos patrões das minas.

O dirigente do sindicato Cyril Ramaphosa avaliou assim a greve: trata-se de uma "prova de forças". Mas uma conclusão ao nível político se impôs: enquanto dure o regime do apartheid, uma luta sindical "normal" não é possível. Os nove mortos e os trezentos feridos que a repressão causou entre os mineiros são uma demonstração segura disso.



Ramaphosa após a greve: "uma burguesia liberal, isso não existe!"

Ph. Smets

O Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM), que organizou a greve, não é um fato isolado no país do apartheid. Com dezenas de outros sindicatos, o NUM constitui o que se chama "o movimento sindical negro independente". Este se formou no curso dos últimos quinze anos, um pouco após a derrota do movimento de massa negro do período 1960-1963.

Industrialização

Mas onde este movimento sindical encontrou as suas origens? Sobretudo na industrialização acelerada do país. Desde 1951, a participação da indústria no PNB sul africano passou a das minas: 25% do PNB para a indústria contra 13% para as minas. Em 1970, as cifras apontavam respectivamente 28,2% contra 10,5%. Mas nos anos cinquenta, a maioria das empresas industriais continuavam a ser muito pequenas.

Em 1954, por exemplo, 65% dentre elas não empregavam senão nove operários ou menos. Entre 1960 e 1970, o número de assalariados da indústria aumentou em 63%: passou de 658.026 para 1.070.033. A maioria destes trabalhadores da indústria são negros: 75% de não brancos em 1972, ou seja, 950 mil não brancos contra 301 mil brancos. Nas minas, a relação é ainda mais flagrante: 91% contra 9%. As empresas mais modernas são filiais das multinacionais dos países capitalistas centrais.

Esta industrialização foi acompanhada de um crescimento enorme da concentração da classe operária. A indústria se encontra, com efeito, concentrada em alguns centros: 70% da produção e 40% da população ativa estão fixadas na região de Durban-Pinetown, a península do Cap, e a região de Port Elizabeth-Uitenhage. Ou seja, 4% apenas do território sulafricano.

Ao nível da habitação, o regime do apartheid não pode mais impedir a concentração da população não branca. Atualmente, 25 a 35% dos não brancos vivem nas zonas urbanas, as "townships". Cerca de dez milhões de negros, a despeito do seu estatuto de migrantes, aí encontram trabalho e morada.

Esta situação influenciou favoravelmente a classe operária e sua consciência. Pois a industrialização criou um proletariado industrial moderno. Simultaneamente, ela desenvolveu contradições no seio do regime do apartheid e criou uma abertura para o desenvolvimento de um movimento sindical independente.



Contradições capitalistas

O fato decisivo é o agravamento da contradição entre os setores tradicionais do capital sul-africano (minas, agricultura) e os setores mais modernos (indústria, multinacionais). De forma crescente, o patronato deste último setor foi obrigado, por razões econômicas, a infringir as leis do apartheid no plano das relações do trabalho.

É assim, por exemplo, que estes capitalistas recrutam em grandes escala operários negros não qualificados para os empregos reservados em princípio para a mão-de-obra branca. A regulamentação da oferta e da demanda no mercado de trabalho não é suficientemente flexível aos olhos dos capitalistas. Ao nível político, estes capitalistas "liberais" demandam uma reforma do regime do apartheid. É esta contradição que vai permitir aos novos militantes sindicais, surgidos da jovem classe operária dos setores modernos do Capital a começar a organizar um movimento sindical independente.

Desigualdades raciais

O crescimento do movimento sindical negro independente é igualmente a consequência de uma profunda politização da classe operária negra. Uma politização que revela mais e mais claramente o laço entre a opressão nacional enquanto não brancos e a exploração capitalista enquanto assalariados.

Setor	Rendimento mensal de 1981 em Rands	
	Branco	Negro
Minas	1.197	201
Construção	1.069	193
Indústria de transformação	1.074	255
Serviços Públicos	786	208

Nas relações de trabalho e nas cidades, os trabalhadores estão confrontados a uma incrível desigualdade social que separa os brancos dos negros (ver a tabela das diferenças salariais).

O desemprego é também modulado de acordo com a cor. Em 1977, no meio urbano, 8% dos homens e 4% das mulheres eram demitidos depois de dois anos. Em 1984, as cifras respectivas são de 54% e 36%. De 40 a 70% (segundo o lugar de residência) da população negra ativa está desempregada. Os efeitos sociais da crise atingem os negros muito mais duramente que os brancos.

A compreensão crescente do fato de que a luta contra o apartheid está ligada à luta anti-capitalista e a formação rápida de uma classe operária moderna convergem a partir de 1972 e 1973 em uma luta reivindicatória sempre mais forte.

É assim que o movimento sindical negro independente veio à luz do dia. Desde então, um processo de unificação, combinado com a formação de sindicatos nas empresas e a politização progressiva, levou à criação de duas grandes federações sindicais: a Cosatu (com cerca de 650 mil membros) e o Cusa-Azactu (300 mil membros). Um movimento operário moderno nasceu na África do Sul.

Treze perguntas e respostas sobre o crash da Bolsa

Entrevista exclusiva com Ernest Mandel (1.ª parte)

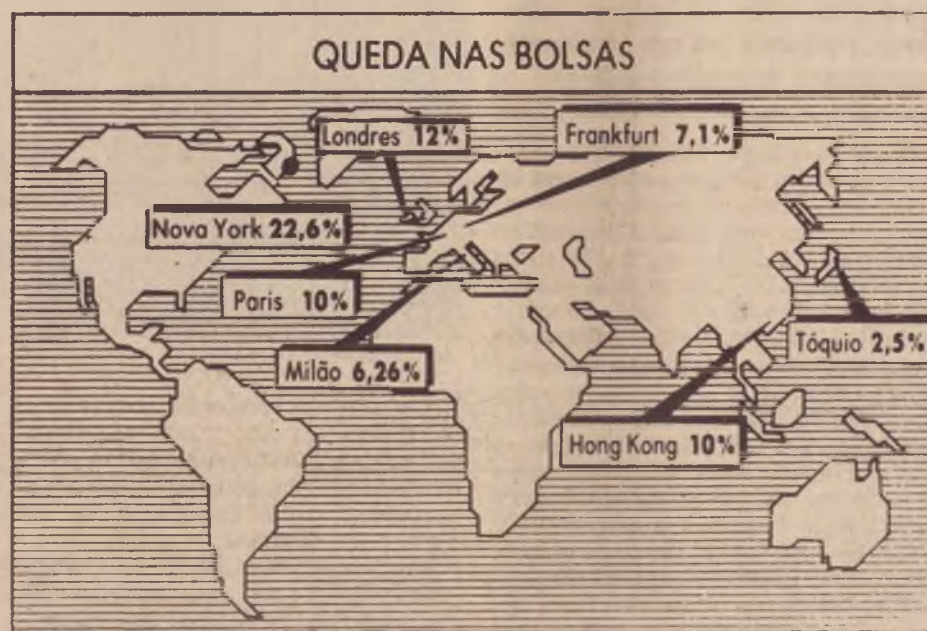


Um erro surpreendente, cometido por inúmeros comentaristas sobre o "crash" da Bolsa — incluindo o prêmio Nobel de economia Samuelson — consiste em negar que haja uma ligação entre os eventos ocorridos no dia 19 de outubro de 1987 e nos dias seguintes e a situação geral da economia capitalista internacional. Os eventos teriam sido "doentios": daí o "crash". A economia estaria fundamentalmente "sadia": daí a desconexão.

É verdade que não há ainda uma recessão generalizada da economia capitalista internacional. A produção continua aumentando ligeiramente na maioria dos países capitalistas. Mas a função da Bolsa consiste exatamente em antecipar o que virá, não em refletir o que já aconteceu. Nesse sentido, o "crash" de 1987 anuncia a recessão de 1988, para retomar a fórmula do jornal inglês *The Economist* de 31 de outubro de 1987 — pelo menos no espírito da grande e média burguesia internacional. Sua inquietude, que se transformou brevemente em pânico "bolsista", torna-se por sua vez um fator da evolução objetiva.

O que acontece com a Bolsa tem evidentemente numerosas repercussões sobre o conjunto da vida econômica. A propriedade de ações constitui uma fração não inexpressiva dos bens da burguesia. Quando esses bens perdem bruscamente um terço de seu valor, a fortuna dos capitalistas fica amputada. Suas despesas com consumo de luxo vão diminuir. É a opinião quase unânime de todos os experts. Calcula-se esse recuo em torno de 1% da renda dos EUA. É um fator que acentua a evolução para a recessão.

Mas as ações constituem sobre-



tudo um elemento importante dos bens das grandes empresas capitalistas que são praticamente todas organizadas em sociedades de ações. No momento em que as ações passam bruscamente a valer muito menos, a substância financeira dessas firmas fica diminuída. Isso diminui a razão entre seu capital próprio e suas dívidas e, da mesma maneira, sua capacidade de obter novos créditos. Isso provoca então uma retração dos investimentos que estimula de novo a evolução em direção à recessão.

A queda foi tanto mais brutal quanto a alta tinha sido absurda. As ações tinham atingido um nível tal nas Bolsas de Tóquio e de Nova Iorque que os dividendos produzidos por essas ações não representavam mais que um rendi-

Até aqui, só o elo mais frágil da cadeia foi quebrado: a Bolsa. Mas três outros elos estão ameaçados: as corretoras e os bancos, os Estados endividados e o sistema monetário internacional.

mento de 1,5 a 2,5%, menos que um simples depósito a prazo num banco. De novo, isso fez a queda dos valores das ações inevitável.

Mas a amplitude colossal da especulação na Bolsa, que tinha precedido o "crash" do 19 de outubro, não pode ser explicada simplesmente pela "euforia inspirada pela sede de lucros rápidos e fáceis", como fez o professor Galbraith por analogia com a especulação da Bolsa que precedeu o

"crash" de 1929. Essa vaga ímpar da especulação se explica por uma das características principais da "longa onda depressiva" que envolveu a economia capitalista internacional a partir de 1974, e que nós tínhamos muitas vezes posto em evidência. A superacumulação de capital de capitais determinada pela queda dos falsos meios de lucro é acompanhada de uma superprodução real ou potencial (capacidade excedente de produção) de mercadorias. Isso leva os capitais facilmente acumulados a partir de novos lucros a não se investirem produtivamente, pelo menos em boa parte. Esses capitais excedentes se precipitam sobre o mercado imobiliário e suas ações, ao mesmo tempo com finalidade de especulação na Bolsa e para realizar as operações de OPA para fusões. Daí a alta absurda dos preços nesses dois domínios. Daí o "crash" não menos inevitável. Recessão limitada ou depressão muito grave! Até aqui, só o elo mais frágil da cadeia foi quebrado: a Bolsa. Mas três outros elos estão ameaçados: as corretoras e os bancos que sofreram enormes perdas em outubro; os países (não apenas os do terceiro mundo) ameaçados de bancarrota de Estado, o sistema monetário internacional abalado pela queda do dólar. O que acontecerá nas próximas semanas e meses nesses domínios decidirá a amplitude da recessão de 1988.

"Operadores" como o mais rico capitalista australiano Holmes à Court têm a descoberto centenas

de milhões de dólares, e dependem para a sua saúde de créditos bancários cada vez maiores. Alguns bancos canadenses suportaram enormes perdas, em consequência de seu compromisso na garantia da compra das parcelas da British Petroleum reprivatizadas a 330 p. a ação, no momento

A Bolsa é o reflexo antecipado e amplificado do movimento real da economia. Ela anuncia o que virá no domínio da produção, do emprego, dos preços, com uma certa defasagem no tempo.

em que o "crash" da bolsa fez cair o preço dessas ações em 20-25%. Algumas grandes corretoras americanas encontram-se em situação análoga.

A economia de mercado recebeu um golpe terrível. O *International Herald Tribune* escreve em primeira página: "Todo o futuro depende de uma questão: as forças incontroláveis do mercado precipitarão o mundo numa crise terrível, ou a intervenção sábia e coordenada dos governos conseguirá evitá-la?"

Essa declaração por parte de um dos principais jornais burgueses, depois de dez anos de elogio neo-liberal às virtudes do mercado.

A imprensa burguesa "séria", na Alemanha e nos EUA está realmente assustada. É uma imensa derrota para a direita internacional.

Em compensação, é uma enorme vitória ideológica para o movimento operário. Eu não falo da retomada de sua mobilização. Isso pode custar a vir. Mas o "crash" é uma reviravolta maior uma vez que os efeitos vão se fazer sentir nos próximos anos. Eles não são mais imediatos que os do "crash" de 1929. Foi apenas em 1934-35 que a classe operária européia voltou a se mobilizar.

1. A alta continuada da Bolsa nos últimos anos significava que a economia capitalista andava bem? Sua queda atual anuncia que ela não tem nenhuma razão de andar melhor?

Mandel — A Bolsa é o reflexo antecipado e amplificado do movimento real da economia. Ela anuncia o que virá no domínio da produção, do emprego, dos preços, com uma certa defasagem no tempo. Quando se explica a alta dos preços das ações há uma distin-

ção a fazer entre o que depende da melhoria das perspectivas da economia (a expectativa de dividendos maiores) e o que reflete um deslocamento dos investimentos, um afluxo de capitais, uma demanda aumentada sobre o mercado de ações.

Se a soma dos capitais que se vertem sobre a Bolsa é bruscamente duplicada, uma vez que a oferta de ações e obrigações não aumenta na mesma proporção, é fácil prever que o preço das ações vai subir. Como para qualquer outra mercadoria, é a lei da oferta e da procura que está em jogo.

Na alta dos preços das ações dos últimos anos, é necessário distinguir bem, de um lado, o efeito de retomada econômica incontestável que se manifestou durante três ou quatro anos depois da recessão de 1980-81 e, de outro, o impacto de um afluxo massivo de capitais para a Bolsa. Esse segundo fator alimentou uma alta de preços puramente especulativa. Isso não era mais uma antecipação da marcha da economia mas uma especulação pura. Poder-se-ia, desde então, prever um "crash" grave da Bolsa.

2. Os investimentos financeiros praticamente substituíram os investimentos produtivos e provocaram esse afluxo de capitais à Bolsa?

Mandel — A melhoria da conjuntura, a retomada, que teve lugar entre 1982 e 1986, não foi acompanhada de uma expansão proporcional dos investimentos produtivos. Essa retomada, sublinhemos, é uma manifestação normal do "cycle des affaires", o ciclo dos negócios. Não existe queda de mercados, recessão permanente, por dez anos. Sempre há baixas e altas em alternância. Mas esse "cycle des affaires" deve ser compreendido atualmente no quadro da longa depressão da economia capitalista em marcha desde o começo dos anos 70. Os lucros foram consideravelmente aumentados

Os lucros foram consideravelmente aumentados nos últimos quatro anos. Mas esta massa de lucros em alta não foi investida no aparelho produtivo.

nos últimos quatro anos. Isso é em parte o resultado de sucessos limitados mas reais obtidos pela burguesia contra os trabalhadores em período de austeridade. Na França, por exemplo, o congelamento dos salários, iniciado em 1982 por Jacques Delors, é uma das causas principais da alta dos lucros das empresas. Mas essa massa de lucros em alta não foi investida no aparelho produtivo. Um estudo alemão demonstra que a fração dos lucros investida produtivamente no período 1982-86 não foi mais que 50% daquela do período análogo dez anos antes. Os capitais afluíram então para a Bolsa.

Pode-se debater a causa dessa verdadeira greve de investimentos. O Partido Comunista da França avalia, simplificando, que os patrões provocaram eles próprios a quebra. Eles utilizariam alguns maus critérios de gestão, que seria necessário substituir pelos bons. Isso é absurdo. Nós não vamos ensinar os patrões a fazer o que é a sua especialidade: gerar lucro. Eles sabem perfeitamente arranjar-se. A escolha dos investimentos financeiros tende, segundo pensamos, à superacumulação, à superprodução que existe já em todos os grandes setores portadores da expan-

são no período precedente: automóveis, aviação, eletrodomésticos, maquinário, construção, obras públicas de grande porte, siderurgia, minas, construção naval. Em todos esses setores, há manifestamente supercapacidades à nível mundial em relação à demanda solvável. Ninguém se divertirá investindo dezenas de bilhões de dólares em setores que não podem vender suas mercadorias.

E preciso sublinhar que não aparece-

Em todos os principais setores da indústria mundial há manifestamente supercapacidade de produção em relação às possibilidades de venda. E não apareceram novos setores com importância e estrutura tais que permitissem investimentos de grande amplitude.

ram novos setores com uma importância e estrutura tais que permitissem investimentos de grande amplitude. O exemplo que vem imediatamente ao pensamento é o da robótica. Se todas as fábricas substituíssem suas máquinas semi-automáticas por robots... teria-se então um mercado, uma demanda colossal, e uma expansão que teria podido fazer lembrar aquela dos anos 50 e 60. Mas essa demanda não se produziu. Os fabricantes mesmos — que têm pés na terra e raciocinam sobre coisas tangíveis — avaliam uma taxa de substituição de postos de trabalho por robôs de 5 a 6% num prazo de quinze, vinte anos. Estamos longe das modificações cotidianas difundidas pelas mídias. É uma perspectiva que não permite encarar hoje investimentos de centenas de bilhões de dólares... isso não está em questão.

Um outro exemplo de mistificação é o mercado dos computadores pessoais. Se se estima que cada família adquirirá um, à imagem do que ocorre com o aparelho de televisão, arrastando consigo uma demanda de trezentos a quatrocentos milhões de aparelhos a escala internacional, temos de novo um setor suscetível de ser portador de uma expansão a longo prazo. Mas isso ainda é imaginação. Ter-se-á realmente 15 a 20% dessa cifra, não mais. Nada que permita relançar os investimentos em larga escala.

Os capitalistas tinham então em mãos enormes excedentes de capitais líquidos que foram vertidos para os campos disponíveis. A especulação na Bolsa, a especulação sobre matérias-primas, o mercado imobiliário. A especulação sobre matérias-primas foi quebrada pela depressão, aberta desde o início dos anos 70, que referencia sempre os ciclos de retomadas e recessões atuais. A demanda não acompanhava mais. Os operadores se retiraram. Os preços não conheceram a explosão que se produziu em dois outros domínios: o mercado imobiliário e a Bolsa.

No que concerne ao mercado imobiliário, todos os grandes capitais conheceram uma especulação gigantesca. No Japão, em Tóquio, por exemplo, um quarto custa tanto quanto um apartamento em Paris. Em Los Angeles, 75% das grandes construções pertencem a proprietários "estrangeiros". Seguiu-se a explosão da Bolsa.

3. Porque Wall Street, os EUA, jogam um papel especial nesse contexto geral?

Mandel — O déficit enorme dos



Em Londres, a notícia do crash

EUA, a dívida, tem uma consequência: os capitais japoneses e europeus essencialmente afluíram para os EUA, para cobri-la. Não há vinte e cinco maneiras de colocar o dinheiro estrangeiro lá. Você pode comprar o que se chama bens quase líquidos, bônus do Tesouro americano que são praticamente dólares. Mas isso só ocorreu por um momento. Os capitalistas estrangeiros não vão se deleitar em colocar mais e mais dinheiro num dólar que se deprecia cada vez mais. Eles não procuram perder dinheiro, uma vez que é de qualquer maneira isto o que resulta da compra de um dólar que perde seu valor.

Há então um desvio cada vez mais pronunciado dos capitais estrangeiros que chegam aos EUA em direção a outras colocações que não as líquidas ou quase líquidas. E lá, repetamos, não há vinte e cinco soluções. Há as ações, o mercado imobiliário e as empresas.

Os japoneses e os europeus, que conhecem o negócio porque os EUA lhes deram o golpe após 1945, olharam em primeiro lugar para as fábricas. Não as pequenas. As usinas de ponta, as fábricas de armamento igualmente, como a firma Fairchild. É desnecessário dizer que Washington disse não. O capitalismo japonês de forma alguma poria as mãos nas principais usinas-chave do armamento e da tecnologia americana.

O essencial dos capitais estrangeiros nos EUA foi vertido então para as ações, a Bolsa, o mercado imobiliário. O exemplo de Los Angeles, citado acima, é expressivo. Uma boa parte da alta da Bolsa de Nova Iorque, nesses dois últimos anos, é resultado portanto de compras estrangeiras massivas. E aí, nós tocamos o ponto sensível, a origem da última segunda-feira negra. O que impulsionou o movimento de descenso, a queda anterior ao 19 de outubro, foi a retração do capital estrangeiro, sobretudo o japonês. Por uma razão muito simples: eles sentiram o cheiro de queimado. Eles estavam atentos às cifras da balança comercial, da inflação, que anunciavam o que iria ocorrer nos próximos dias, fazendo-se renunciar às suas pretensões.

O fenômeno da retração de capitais

estrangeiros em Wall Street formou uma bola de neve a nível mundial. Com uma velocidade acelerada... graças aos programas dos micro-computadores. Marx teria rido disso. É a lógica absurda do capital levada ao extremo, um computador que calcula e impõe automaticamente a venda ou a compra aos operadores segundo flutuações mi-

Os enormes excedentes de capitais líquidos acabaram por se dirigir para a especulação na Bolsa, para a especulação sobre matérias-primas, para o mercado imobiliário.

nimas, marginais, num ou noutro sentido. Mas isso só amplificou o movimento. O que se passaria em semanas aconteceu em apenas alguns dias. Isso é tudo.

Apesar do "crash" e da enorme desvalorização de capitais estrangeiros que resulta daí, assiste-se atualmente a uma primeira fase de recomposição, de reestruturação do grande capital monopolista. A força do capital financeiro clássico (investido em boa parte na indústria) começa a erguer-se de novo, às expensas do peso do capital financeiro "flutuante". Mas isso é apenas um começo, na Inglaterra, nos EUA, no Japão. A crise de direção da burguesia foi agravada. Ninguém tem peso suficiente para ditar uma linha clara. Os interesses sociais divergentes implicam numa "linha" hesitante, pouco clara, confusa que reforça a incerteza da burguesia (e dos especuladores) quanto ao que sucederá realmente.

4. Se se acredita nas mídias e nos governos dos países ocidentais, milhões de pessoas tornaram-se pequenos acionistas. O capricho do capitalismo popular tem existência real? Que lugar tem ele no "crash"?

Mandel — Em geral a amplitude do número de acionistas operários é muito exagerada. Conhece-se mais ou menos a amplitude da totalidade da economia popular na Alemanha Ocidental, nos

EUA, no Japão. Ela é sobretudo dirigida para o crédito hipotecário, para a

O fenômeno da retração de capitais estrangeiros em Wall Street formou uma bola de neve a nível mundial. Com uma velocidade acelerada... garças aos programas dos micro-computadores. Marx teria rido disso. É a lógica absurda do capital levada ao extremo.

compra da habitação, para as caixas econômicas e não para o mercado de ações. Na Alemanha, a economia operária representa uma soma de 2.000 marcos por ano e por família assalariada. A fração dessa cifra que foi colocada em ações não é evidentemente zero, mas enfim... Vista a amplitude do movimento especulativo de que falamos, que envolve centenas de bilhões de dólares, o conjunto de acionistas operários é de todo modo marginal, inexpressivo. Uma porcentagem muito pequena...

Algumas cifras darão uma idéia das proporções. Nova Iorque conheceu uma queda de algo em torno de 30% de queda dos valores das ações, Paris e Frankfurt um pouco menos. Em cifras redondas, pode-se dizer que o grosso dos acionistas americanos privados perderam em uma semana cerca de 1,1 trilhões de dólares. Tanto quanto o que o terceiro mundo, a metade do gênero humano, tomou emprestado nos últimos vinte anos... Para o conjunto dos países imperialistas, a perda se eleva a 1.600 bilhões de dólares, ou seja, 80% do valor da dívida pública dos Estados Unidos, que tem 225 milhões de habitantes. A economia "popular", "operária", que alcança para o conjunto desses países algo entre 50 ou 60 bilhões de dólares, representa mesmo pouca coisa.

São sobretudo as camadas superiores aos operários que são atingidas pela doença de burguesia e pela queda atual: empregados bem pagos, funcionários médios e superiores, professores de universidades, engenheiros, profissionais liberais.

Tem havido nos últimos anos, por detrás da mistificação dos acionistas populares, um fenômeno clássico dos períodos de retomada, acentuado por uma ofensiva burguesa em grande escala: publicidade, prêmios fiscais... A classe dirigente quis atrair para seu terreno uma parte das camadas médias, antigas e novas, as mais prósperas. A privatização foi uma tentativa deliberada, política, anti-sindical e anti-operária para fazer entrar um certo número de operários no mesmo circuito.

Quinze dias antes do "crash", Mme Thatcher deu imprudentemente a última palavra. Ela proclamava a "verdadeira revolução inglesa". "Pela primeira vez", explicava ela, "há mais operários acionistas que membros de sindicatos". Quinze dias depois, muitos pequenos acionistas desejariam não sê-lo.

Essa história de acionistas populares é então importante do ponto de vista operário, político. Isso é incontestável. Mas é insignificante do ponto de vista econômico.

5. Qual é a ligação entre o funcionamento dos mercados de ações e o papel da moeda, das divisas, do franco, do dólar, do marco alemão... o que nos é mais costumeiro. Como as declarações

dos responsáveis pelo Tesouro à la Baker, Staltenberg, Greespan ou Delors podem fazer cair as bolsas?

Mandel — Para responder precisamente a essas duas questões, é preciso adotar dois pontos de vista. Um é interno aos Estados Unidos, o outro é internacional. O segundo é mais importante que o primeiro, nós voltaremos a ele. Pois é a primeira vez que a internacionalização do capital, que é um dos traços mais marcantes do "capitalismo tardio", aparece de modo tão extraordinário sobre o plano financeiro.

Vejamos primeiro o mecanismo interno dos Estados Unidos. A ligação entre o fenômeno da bolsa e o monetário resulta de uma regra de três elementar. O valor das ações na Bolsa — essa é uma definição acadêmica — é considerado como sendo a capitalização dos dividendos à taxa de juros corrente. Para ser mais claro: se uma ação rende 100 francos de dividendos e a taxa de juros é 10%, a ação seria normalmente cotada em 1000 francos, todo o resto permanecendo igual. O que quer dizer que toda vez que a taxa de juros aumenta, o valor das ações baixa.

Inversamente, cada vez que a taxa de juros diminui, o valor das ações sobe. E, evidentemente, como as taxas de juros estavam subindo desde o meio do ano, a Bolsa deveria baixar.

Desde o começo do ano, as taxas se elevaram em aproximadamente 35% nos EUA. Elas passaram de 7,5 a mais de 10%. Isso devia inevitavelmente provocar uma queda dos valores. Todos esses movimentos são quase mecânicos. Não digamos imediatos, há sempre uma certa demora. Se essa mecânica não anda, se a especulação a contraria, o valor das ações na Bolsa vai continuar subindo no momento ou a taxa de juro médio vai também à alta. A alta dos valores produz inevitavelmente a queda do juro rendido na Bolsa. É a regra de três. A mesma soma colocada na bolsa vai render menos do que se estiver depositada no Banco. A reação dos

Em cifras redondas, pode-se dizer que o grosso dos acionistas americanos privados perderam em uma semana cerca de 1,1 trilhões de dólares. Tanto quanto o terceiro mundo, a metade do gênero humano, tomou emprestado nos últimos vinte anos.

investidores não vai tardar. Eles vão retirar o dinheiro da Bolsa, vender suas ações para depositá-las em obrigações no banco. O resultado vai reestabelecer a mecânica. A venda na Bolsa vai fazer cair os valores. O rendimento vai então subir de novo, até que se realize um novo equilíbrio. Esse é, em grosso modo, como se passou a queda à escala interna, nos EUA.

Mas onde o processo se reforça, é que há agora um aspecto monetário internacional nesse mecanismo da bolsa.

6. A dimensão internacional do "crash" está na medida da cobertura da dívida dos EUA pelos capitais estrangeiros?

Os Estados Unidos têm agora um déficit permanente, estrutural de sua balança comercial. Ele vai durar, todo mundo reconhece, de agora até o ano dois mil. Os EUA se endividam cada vez mais no estrangeiro. Essa dívida

crece ao ritmo de 150 a 200 bilhões de dólares por ano.

Quando a balança comercial está em déficit, isso significa que o país em questão gasta muito mais no exterior com importações do que obtêm em divisas estrangeiras pelas suas exporta-

A dívida pública dos EUA representa já algo em torno de dois trilhões de dólares, duas vezes mais do que a dívida do terceiro mundo. Além disso, os Estados Unidos têm agora um déficit estrutural, permanente, de sua balança comercial.

crece ao ritmo de 150 a 200 bilhões de dólares por ano.

Quando a balança comercial está em déficit, isso significa que o país em questão gasta muito mais no exterior com importações do que obtêm em divisas estrangeiras pelas suas exportações. A dívida pública dos EUA representa já algo em torno de dois trilhões de dólares, duas vezes mais que a dívida do terceiro mundo. Esse déficit deve ser coberto, se não os Estados Unidos não poderiam fazer face às obrigações estrangeiras, nem poderiam pagar suas importações e seriam assim reduzidos à posição da Polônia ou do Peru, se os capitalistas estrangeiros não estivessem dispostos a cobrir o déficit comercial americano com seus capitais, com suas divisas.

Isso quer dizer, na prática, que os capitalistas estrangeiros estão prontos a aceitar dólares em pagamento dos créditos que eles têm junto aos Estados Unidos. Dólares, mas não sob uma forma líquida, cada vez menos sob uma forma líquida. Eles os trocam por bônus do Tesouro, por ações, por obrigações americanas. Mas quanto mais o déficit dos Estados Unidos aumenta, mais o dólar se deprecia em relação às



Em Chicago, um flagrante do pânico

outras moedas, e mais não se pode atrair capitais estrangeiros aos EUA sem fazer subir as taxas de juros incluindo nelas um prêmio de seguros contra essa depreciação. E mais as taxas de juros sobem, mais o valor das ações tende a se depreciar.

E aí, nós estamos no coração do problema. Porque quando nós falamos em déficit orçamentário, déficit da balança de pagamentos, taxas de lucro, como nós estávamos fazendo, nós não falamos mais da Bolsa. A Bolsa é apenas um epifenômeno de tudo isso. Aí, nós falamos de economia real. Nós falamos de movimentos de produção, da capacidade concorrencial, de preços competitivos ou não, da demanda global, do emprego, do poder de compra... Nós falamos do que se passa no mundo real, e não do que se passa no mundo do papel fictício, o mundo dos especuladores. Nós falamos do mundo das fábricas, dos mercados, das famílias, dos trabalhadores, dos capitalistas, dos comerciantes.

Compreende-se, então, a gravidade da crise. Seja o que fizesse Reagan, ela era inevitável. As contradições que nós evocamos são, com efeito, insolúveis.

Fique por dentro

Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado	70,00
Teses Sindicais	70,00
Marxismo e Teologia da Libertação na América Latina	50,00
Violência Rural e Reforma Agrária	50,00
O que é Estrutura Sindical — Vito Gianotti	70,00
Caminhos da Construção — Agamenon Vieira	100,00
Teoria Leninista da Organização — Ernest Mandel	150,00
Introdução ao Marxismo — Ernest Mandel	200,00
Da Crítica ao Populismo à Construção do PT — Raul Pont ...	150,00
A Crise do Movimento Comunista — Fernando Claudin	390,00
O Estado e a Revolução — Lenin	290,00
A Guerra Civil na França — Marx	190,00
As Lutas de Classes na França — Marx	250,00
Socialismo Utópico e Socialismo Científico — Engels	150,00
O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo — Lenin	140,00
Marx — Engels e a História do Movimento Operário — Riazanov	180,00
A Nova Mulher e a Moral Sexual — Alexandra Kollontai	175,00
Marxismo e Revolução Sexual — Alexandra Kollontai	150,00
A Revolução de 1905 — Trotsky	590,00
Textos Políticos — Che Guevara	250,00
Textos Revolucionários — Che Guevara	210,00
Reforma Agrária — A Luta Pela Terra no Brasil — Isaac Akcelrud	110,00
História da Indústria e do Trabalho no Brasil — Francisco Foot	390,00
História das Tendências no Brasil — Antônio Ozai	300,00
A burguesia e a contra-revolução — Karl Marx.....	150,00
A necessidade do controle social — István Mészáros.....	150,00
<i>Para receber envie cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP</i>	

CAMPANHA DEZ ANOS DO EM TEMPO

Um balanço positivo

Porte Pago
ECT - DR/SP
ISR 40-2063/85

Neste número do **Em Tempo** encerramos a campanha, iniciada em abril deste ano, para garantir a sobrevivência e fazer crescer o jornal. Vínhamos de um período em que a própria manutenção do jornal estava ameaçada pela crise financeira, o que provocou uma irregularidade que por todo um período enfraqueceu a credibilidade do **Em Tempo** como jornal viável, como jornal capaz de sustentar-se em um quadro no qual praticamente toda a imprensa "alternativa" havia desaparecido.

A campanha que lançamos em abril, é necessário dizer claramente, não alcançou o conjunto de seus objetivos, principalmente no que se refere à ampliação do seu quadro de assinantes. Nesse aspecto, conseguimos apenas manter e renovar o quadro existente no início do ano. Contudo, este não foi o elemento mais importante do resultado da campanha dos dez anos do **Em Tempo**. Depois de cerca de dois anos em que o jornal não conseguiu manter uma periodicidade definida, desde o lançamento da campanha os prazos de saídas têm sido cumpridos com bastante rigor, fruto do maior esforço e capacidade de auto sustentação demonstrado pelos apoiadores do jornal durante a campanha.

Mesmo com uma elevação de preços importantes, podemos dizer que neste período nossos aumentos não foram superiores à taxa de inflação ou ao aumento do custo gráfico. Se não houve um aumento do número de assinaturas realizadas, a venda direta do jornal experimentou algum avanço após o lançamento da campanha. De forma geral, podemos dizer que no aspecto financeiro a campanha não chegou a constituir-se em um sucesso, mas marcou uma nova e importante fase de auto sustentação do jornal, possibilitando a recuperação em larga medida da credibilidade do

Em Tempo como jornal viável, regular e com uma qualidade gráfica e editorial bastante satisfatória.

O papel do Em Tempo

A qualidade política e editorial do jornal era outra preocupação anunciada no início da campanha dos dez anos. De uma frente jornalística de esquerda nos seus anos iniciais, o **Em Tempo** foi se definindo progressivamente como, primeiro, um jornal "alternativo" que apoiava o PT e, depois, como expressão de uma corrente do partido, marcada desde o início pela defesa da construção do PT como partido revolucionário. Hoje, quando o PT já avançou muito em suas definições políticas, é ainda mais claro o papel do **Em Tempo** como expressão de uma corrente interna do partido, e esta é a grande mudança no perfil editorial do jornal nos últimos tempos. Desde o início desse processo, tentamos aprofundar este caráter do jornal, contribuindo no debate interno do PT, apresentando as nossas posições para a discussão do partido, dialogando com o conjunto das correntes que constroem hoje o PT, fazendo um esforço de formação política e de discussão estratégica que seguramente não poderíamos realizar sem um órgão como o **Em Tempo**.

Hoje, depois de oito meses de campanha do **Em Tempo**, inúmeras atividades e debates realizados, que reuniram em seu conjunto mais de dois mil militantes do PT em todo o Brasil, alcançamos parcialmente o nosso objetivo. Essa garantia a continuidade do jornal e de sua contribuição à construção do Partido dos Trabalhadores e de uma corrente marxista revolucionária no seu interior. No mais, é trabalhar para superar os problemas que impediram o sucesso completo da campanha que comemorou os dez anos do **Em Tempo**. A Campanha continua, sempre...

IMPRESSO



Hugo Manso

Quando iniciei minha atuação política no movimento estudantil o **Em Tempo** já existia. Era uma das fontes de debate, de informação e formação política que pude dispor. Um órgão aberto, democrático, lúcido e funda-

mental no processo de construção do Partido dos Trabalhadores, que dava seus primeiros passos. Nós, os jovens militantes petistas tínhamos no **Em Tempo** o instrumento que clarificava as posições existentes no interior do partido, que abria debates, que buscava caminhos, que polemizava sem sectarismo em busca da construção do PT como um verdadeiro partido de massas e democrático. Foi e é um construtor do PT, enquanto partido democrático e de combate. Pelas páginas do **Em Tempo** fluem, além disso, a defesa da revolução centro-americana, do socialismo internacionalista, do feminismo. Por tudo isso o **Em Tempo** merece ser saudado, merece vida longa. Em frente, companheiros.

Hugo Manso é presidente do Diretório Municipal do PT de Natal — RN

EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar o **Em Tempo** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 600,00

() Normal: Cz\$ 400,00

Nome:

Endereço:

CEP:Cidade:Estado

Faça uma assinatura do **Em Tempo** e receba de brinde um Caderno Democracia Socialista, a escolher entre os três já lançados. Recorte o cupom e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP.